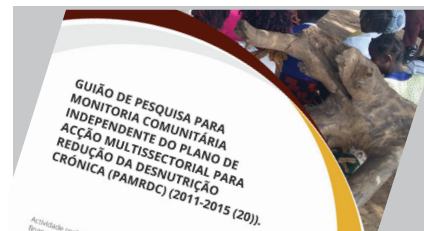


RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO FINAL DO PROJECTO "APOIO À PLATAFORMA DA SOCIEDADE CIVIL SUN EM MOÇAMBIQUE"



Maputo, Maio de 2022

Financiado por:

promove
NUTRIÇÃO



**RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO FINAL DO PROJECTO
"APOIO À PLATAFORMA DA SOCIEDADE CIVIL - SUN
EM MOÇAMBIQUE"**

Avaliação realizada por:



Maputo, Maio de 2022

Ficha Técnica

Título: Relatório de Avaliação Final do Projecto

“Apoio à Plataforma da Sociedade Civil - SUN em Moçambique”

Autor: Moz Target

Tiragem: 200 Exemplares

Layout, Impressão e Acabamento: DOT PRINT, Lda.

Diteiros Reservados: PSC-SUN Moçambique, Av. Agostinho Neto, N° 1339, Maputo

Índice

1. SUMÁRIO EXECUTIVO	12
INTRODUÇÃO	12
CONSTATAÇÕES	12
PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES	16
2. INTRODUÇÃO	17
2.1. MOVIMENTO SCALING UP NUTRITION (SUN)	17
2.2. O PROJECTO “APOIO À PLATAFORMA DA SOCIEDADE CIVIL - SUN- EM MOÇAMBIQUE”	17
3. OBJECTIVOS, CRITÉRIOS E MÉTODOS DA AVALIAÇÃO	19
3.1. OBJECTIVOS DA AVALIAÇÃO	19
3.2. CRITÉRIOS, QUESTÕES E MÉTODOS	19
3.3. DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO	21
4. CONSTATAÇÕES	24
4.1. RELEVÂNCIA DA INTERVENÇÃO	24
4.2. COERÊNCIA DA INTERVENÇÃO	25
4.3. EFICÁCIA	25
4.3.1. Progressos ao Nível do Objectivo do Projecto	25
4.3.2. Resultado 1 - Redes da sociedade civil eficazes, inclusivas e produtivas, estabelecidas e funcionais em cada província	28
4.3.3. Resultado II. Desenvolvidos e utilizados novos instrumentos para um diálogo mais eficaz entre os cidadãos e o governo	35
4.3.4. Resultado 3: Aumentada a consciência pública sobre as políticas e serviços de nutrição	44
4.3.5. Atividades relacionadas à pandemia do Covid 19	57
4.4. IMPACTOS (EFEITOS DO PROJECTO)	58
4.4.1. Sucessos do Projecto	58
4.4.2. Desafios da PSC SUN nas Acções de Monitoria e Advocacia	61
4.5. SUSTENTABILIDADE DAS PLATAFORMAS	63
5. RECOMENDAÇÕES	64

6. ANEXOS	69
Anexo 6.1. Entrevistas aos Membros de Equipa de Gestão do Projecto	69
Anexo 6.2. Guião Para Entrevistas aos pontos focais da Plataforma	72
Anexo 6.3. Guião Para Entrevistas aos GT-PAMRDC provinciais e pontos focais do SETSAN e outros membros do Governo	75
Anexo 6.4. Guião Para Entrevistas aos Parceiros e ONGs Não Membros da Plataforma	76
Anexo 6.5. Guião de entrevista a ECA-UEM	77
Anexo 6.6. Guião de entrevista a Sindicato Nacional de Jornalistas	78
Anexo 6.7. Guião de entrevista a IMD	79
Anexo 6.8. Guião de entrevista para parlamentares	80
Anexo 6.9. Guião de entrevista a	81
Anexo 6.10. Guião de entrevista a	82
Anexo 6.11. Programa do Seminário de Avaliação Realizado em Manica, Gaza e Nampula	83
Anexo 6.12. Programa do Seminário de Avaliação com Parceiros da PSC SUN realizado em Maputo	84
Anexo 6.13. Programa do Seminário de Avaliação com GT-PAMRDC realizado em Maputo	85

Lista de Tabelas

Tabela 1. Critérios, Questões Chaves e Métodos de Avaliação.....	18
Tabela 2: Partes Interessadas Consultadas.....	22
Tabela 3: Progresso nos Indicadores do Objectivo	27
Tabela 4: Plataformas provinciais e distritais estabelecidas	29
Tabela 5: Pontos focais de cada província	31
Tabela 6: Plataformas provinciais e distritais capacitadas	32
Tabela 7: Progresso nos indicadores do resultado 1	34
Tabela 8: Progresso nos indicadores do resultado II	43
Tabela 9: Alunos premiados na pesquisa sobre nutrição e segurança alimentar.....	48
Tabela 10: Vencedores da 1ª Edição do "Prémio de Jornalismo para Segurança Alimentar"	49
Tabela 11: Vencedores da 2ª Edição do "Prémio de Jornalismo para Segurança Alimentar"	50
Tabela 12: Vencedores da 3ª Edição do "Prémio de Jornalismo para Segurança Alimentar	51
Tabela 13: Progressos nos Indicadores do Resultado III	56

Lista de Figuras

Figura 1: Conceito do Projecto (Impacto directo, Resultados e Produtos)	18
Figura 2: Fases e Calendário da Avaliação.....	18
Figura 3: Workshop, com membros da PSC SUN em Nampula, Manica e Gaza.....	23
Figura 4: Capa do guião de pesquisa para MCI	35
Figura 5: Capa do relatório de Monitoria do orçamento	38
Figura 6: Capa do relatório de Monitoria dos Planos Estratégicos.....	39
Figura 7: Material de advocacia produzido pela PSC SUN (Blocos de nota, Canetas, Calendário e infoflash's.....	41
Figura 8: "Diálogo Sobre Nutrição nas Eleições de 2019 em Moçambique"	44
Figura 9: Momento de entrega do guião à Presidente da Assembleia da Republica	46
Figura 10: Momentos do debate "Geração Nutrição"	47
Figura 11: Vencedores do prémio de jornalismo para nutrição e segurança alimentar 2018-2019 e presidio da Cerimónia.....	49
Figura 12: Vencedores/seus representantes do prémio de jornalismo para nutrição e segurança alimentar 2019-2020 e presidio da Cerimonia	50
Figura 13: Momentos da copa nutrição com material relacionado à nutrição exibido.....	52
Figura 14: Momento do torneio/ nutrição de premiação do mesmo	53
Figura 15: Momento de assinatura de Memorando com Liga Nacional de Futebol (LMF)	54
Figura 16: Capa do Guião de orientação nutricional para o desportista, em Moçambique	54
Figura 17: Material de educação e comunicação sobre COVID-19 produzido pelo MISAU e reproduzido pela PSC SUN.....	57

Glossário de Abreviaturas

ABCM	Associação de Basquetebol da Cidade de Maputo
ACUDES	Associação Cultural para o Desenvolvimento Sustentável
ADELT	Associação da Agência de Desenvolvimento Económico Local de Tete
ADPP	Ajuda de Desenvolvimento de Povo para Povo
ADRA	Agência Adventista de Desenvolvimento e Socorro/ Adventist Development and Relief Agency
AFDC	Associação Dos Facilitadores Do Desenvolvimento Comunitário
AJUCOM	Associação Juvenil para o Desenvolvimento Comunitário em Moçambique
AMETRAMO	Associação de Médicos Tradicionais de Moçambique
AMORA	Associação Moçambicana para a Promoção da Rapariga
ANSA	Associação de Nutrição e Segurança Alimentar
ASA	Associação para Sanidade Ambiental
CARE	Cooperativa de Assistência e Socorro em Todos os Lugares/ Cooperative for Assistance and Relief Everywhere
CCM	Conselho Cristão de Moçambique
CECOHAS	Centro de Coordenação Para Higiene Água e Saneamento
CIP	Centro de Integridade Pública
CONSAN	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
DAC	Comité de Ajuda ao Desenvolvimento/ Development Assistance Committee
DC	Desnutrição crónica
DPAP	Direcção Provincial de Agricultura e Pesca
DPASA	Direcção Provincial da Agricultura e Segurança Alimentar
DPGCAS	Direcção Provincial de Género, Criança e Acção Social
DPIC	Direcção Provincial de Indústria e Comércio
DPS	Direcção Provincial de Saúde
ECA	Escola de Comunicação e Artes da Universidade Eduardo Mondlane
ENDE	Estratégia Nacional de Desenvolvimento
ESAN	Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional
ESA SUN	Rede Regional SUN Sociedade Civil
EU	União Europeia
FDC	Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade
FOCAMA	Fórum Provincial de Coordenação das Associações de Manica
FONGA	Fórum das Organizações Não Governamentais de Gaza
FONGZA	Fórum das Organizações Não Governamentais de Zambézia
FUNDE	Fundação Universitária para o Desenvolvimento da Educação
GAIN	Aliança Global para Melhor Nutrição/Global Alliance for Improved Nutrition

GT	Grupo Técnico
HKI	Helen Keller International
HOPEM	Homens pela Mudança
IBFAN	Rede Internacional de Acção para Alimentação do Bebê
IDM	Instituto para Democracia Multipartidária
IMD	Instituto para Democracia Multipartidária
IMEP	Instituto Médio Politécnico
KULIMA	Organismo para o Desenvolvimento Socioeconómico Integrado
LMF	Liga Moçambicana de Futebol
LUSA	Agência de Notícias de Portugal, S.A.
MCI	Monitoria Comunitária Independente
MEF	Ministério da Economia e Finanças
MISAU	Ministério de Saúde
MITADER	Ministério da Terra, Ambiente E Desenvolvimento Rural
MMMR	Movimento moçambicano das Mulheres Rurais
NPF	Fórum de Parceiros de Nutrição / Nutrition Partners Forum
OCB	Organizações Comunitárias de Base
OECD	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico ou Económico/ Organisation for Economic Cooperation and Development
OPDI	Observatório Provincial do Desenvolvimento Integrado
OSC	Organizações da Sociedade Civil
PAMRDC	Plano de Acção Multisectorial para Redução da Desnutrição Crónica
PES	Plano Económico Social
PMA	Programa Mundial Para Alimentação
PQG	Plano Quinquenal do Governo
PRONAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PSC - PS	Plataforma da Sociedade Civil para Protecção Social
PSC	Plataforma da Sociedade Civil
RDC	Redução da Desnutrição Crónica
REPADES JAC	Rede Provincial de Paralegais para a Arbitragem e Desenvolvimento Sustentável
ROADS	Rede de Organizações para o Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
RTP	Rádio e Televisão de Portugal
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SDAE	Serviços Distritais de Actividades Económicas

SDEJ	Serviços Distritais de Educação e Juventude
SDSMAS	Serviços Distritais de Saúde, Mulher e Accão Social
SETSAN	Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional
SISTAFE	Sistema de Administração Financeira do Estado
SOPROC	Associação Rede de Protecção de Criança de Sofala
SPAE	Serviços Provinciais de Actividades Económicas
STV	Soico Televisão
SUN	Scaling Up Nutrition
SUN ESA CSN	SUN CS Alliance dos países da África Austral e Oriental
TdR	Termos de Referencia
TVM	Televisão de Moçambique
UC	Unidade Sanitária
UCAMA	União dos Camponeses de Manica
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância/ United Nations Children's Fund
UniZambeze	Universidade Zambeze
UP	Universidade pedagógica
USTM	Universidade São Tomás de Moçambique

1. SUMÁRIO EXECUTIVO

Introdução

Os principais objectivos da presente avaliação são (i) Determinar o grau de alcance dos objectivos do projecto de Apoio a Plataforma da Sociedade Civil Scale Up Nutrition até Maio de 2022; (ii) Aferir o grau de implementação das recomendações da avaliação de meio-termo e (iii) Tecer recomendações a serem consideradas para a elaboração dum eventual novo projecto, em continuidade ao actual. A avaliação obedeceu aos critérios de OECD DAC: relevância, coerência, eficácia, impacto e sustentabilidade. Foram usados de uma forma combinada métodos: revisão documental, consultas aos membros da PSC SUN, membros do GT PAMRDC do Governo aos diferentes níveis, parceiros da PSC SUN entre outras partes Interessadas.

Constatações

Os resultados das entrevistas são convergentes em relação a relevância do projecto, por este: despertar e promover união entre as organizações da sociedade civil para a discussão sobre a desnutrição crónica, aumentar o conhecimento, sensibilidade e engajamento entre a sociedade civil e sectores do governo no debate do tema de desnutrição, maior disseminação e discussão sobre os planos nacionais, incluindo PAMRDC, ESAN III, PQG, PES;

O projecto foi coerente, na medida em que a PSC SUN actuou em coordenação com o governo, colaborando com os pontos focais à diferentes níveis (SETSAN e outras plataformas). Os membros da plataforma mantiveram interacção e diálogo sobre os problemas e prioridades de SAN segundo PAMRDC com actores relevantes, incluindo líderes políticos/governantes, Mídias, academia (UEM, UP, A Politécnica, UniZambeze e USTM). Resultados da avaliação apontam que o projecto assegurou que as acções de monitoria e advocacia, realizadas pela Sociedade Civil fossem alinhadas com os instrumentos estratégicos do governo, nomeadamente PAMRDC, ESAN, PQGs e PES e representa a voz da sociedade civil, junto do Governo e outros parceiros na implementação das acções tendo em vista a redução da desnutrição crónica.

Evidências de relatórios e depoimentos dos membros da plataforma, mostram que foi possível realizar durante a vigência do projecto (de 2017- Maio de 2022), com alto nível de eficácia a maior parte das actividades planificadas.

Constata-se que até Maio de 2022, a PSC SUN já está estabelecida em todas províncias do país e em 20 distritos. Os resultados das diferentes fontes mostram que a PSC SUN foi um membro activo em fóruns chave onde são discutidas políticas, estratégias e acções em prol da nutrição, com destaque a:

- ✓ Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSAN);
- ✓ Grupos de trabalho de monitoria da implementação do PAMRDC;

- ✓ Fórum de Parceiros de Nutrição;
- ✓ Workshops, incluindo os encontros de discussão do progresso de desenvolvimento da ESAN III;
- ✓ Encontros chave de criação de CONSAN, no qual a PSC SUN veio a ter um assento, a nível nacional e para o nível provincial (Nampula);
- ✓ Uma participação mais notável na Rede Regional SUN Sociedade Civil (ESA-SUN) e nos encontros Globais do movimento SUN;
- ✓ Conferências Anuais de Nutrição, ou outros eventos com presença de Suas Excias. o/a Governador/a, Secretário/a de Estado, ou seus cônjuges; Presidentes das Assembleias Provinciais, ou e ou outras entidades para refletir sobre nutrição e segurança alimentar nas províncias de Gaza, Manica, Sofala, Zambézia, Niassa e Nampula;
- ✓ Engajamento com jornalistas, promoção de jornalismo sensível a nutrição, através das edições do "Prémio de Jornalismo para Nutrição e Segurança Alimentar";
- ✓ Engajamento da PSC SUN e Escola de Comunicação e Artes (ECA) da Universidade Eduardo Mondlane na monitoria da mídia na temática de nutrição, no âmbito da iniciativa denominada "Criando o observatório de Nutrição na mídia moçambicana". De 2018 – 2021 foram produzidos 4 relatórios de cobertura de temas de nutrição em diferentes canais: Jornal Noticias, O país, Magazine, Savana, Domingo, Canal de Moçambique, Diário, e Dossier Factos; TVM, STV, Miramar, TV Sucesso e Radio Moçambique.
- ✓ Em 2018 a PSC-SUN em parceria com a Universidade Politécnica (A Politécnica) através da FUNDE, a PSC-SUN lançou o "Concurso de Pesquisa sobre Nutrição e Segurança Alimentar-2018". A cerimónia de premiação dos/as vencedores/as, foi dirigida pelo Reitor da Universidade Politécnica, o Doutor Narciso Matos.

Os resultados mostram que o projecto gerou em grande medida os efeitos desejados, ou seja, alcançou os objectivos de dotar a sociedade civil de capacidade de realizar de forma mais eficaz a advocacia pela nutrição. A seguir são os efeitos ou impactos relatados pelos diferentes entrevistados.

- ✓ Maior envolvimento e cometimento do governo central, provincial e distrital em ações de combate a desnutrição;
 - Inclusão da nutrição nos relatórios anuais do conselho de ministros;
 - Alocação de 10% do orçamento do estado para a agricultura com enfoque na redução da insegurança alimentar e alcance da meta "fome zero" pelo Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural;
 - A participação da PSC SUN na reunião de desenho de um novo instrumento de planificação e orçamentação nacional denominada "carteira de programas", no qual a Segurança Alimentar e Nutricional figura como um programa nacional;

- Inclusão da nutrição no observatório Provincial do Desenvolvimento Integrado (OPDI) e conselhos consultivos dos distritos e comunidades, província de Gaza;
 - Maior inclusão de conteúdo de nutrição nos documentos, discursos e planos do governo;
 - Maior menção dos indicadores de desnutrição crónica nos relatórios do Governo;
 - Aumento do nível de audiência de nutrição. Há mais preocupação e comprometimento em outros sectores do governo, nomeadamente, Serviço Distrital de Planeamento e Infraestruturas - SDPI, Direção provincial de justiça;
 - Direções províncias criaram subsectores de segurança alimentar e nutricional. Cada sector tem um ponto focal para nutrição.
 - Os governos provinciais passaram a incluir no seu ponto de agenda a actualização sobre a situação nutricional (Exemplo: a governadora de Manica tem solicitado ao sector de Saúde para apresentar a situação de nutrição regularmente).
- ✓ Notável influência nas discussões e decisões relevantes sobre instrumentos políticos chave, para alocação de recursos e realização de acções de redução da desnutrição crónica.
- Participação no desenvolvimento da política SAN;
 - Conquista de um assento no CONSAN e no COPSAN de Nampula pela plataforma de Nampula;
 - A inclusão de indicadores para redução da desnutrição crónica no Plano Quinquenal do Governo 2020-2024;
 - Contribuição da PSC SUN na produção do relatório bianual de implementação do PAMRDC, produzido pelo SETSAN, submetido ao Conselho de Ministros.
 - Desenvolvida e pré-testada uma ferramenta de Monitoria Comunitária Independente (MCI) em 2018, implementada pela primeira vez no ano de 2019 em dez (10) distritos das províncias de Nampula, Tete, Inhambane e Maputo; e no ano 2021 acrescentada a província de Sofala;
 - Em 2019 a PSC SUN realizou e disseminou, em colaboração com consultores do Observatório Cidadão pela Saúde, o estudo de alocação, planificação e execução de actividades conducentes à redução da desnutrição crónica, por sectores signatários e não signatários do PAMRDC, para o período 2010-2019;
 - Realização, em parceria com o Instituto para Democracia Multipartidária (IMD), do "Diálogo Sobre Nutrição nas Eleições de 2019 em Moçambique", tendo incentivado aos partidos políticos a incluírem a agenda de nutrição nos seus manifestos eleitorais e nos discursos públicos.

- A PSC-SUN é um parceiro reconhecido a nível da Assembleia da República, todas as Assembleias Provinciais;
- Foi lançado em Junho de 2018 o "Prémio de Jornalismo para Nutrição e Segurança Alimentar", o primeiro específico para esta temática no país, numa cerimónia realizada na sede do Sindicato Nacional de Jornalistas (SNJ). Para o prémio 2019, primeira edição, concorreram 22 jornalistas de todo o país, em diferentes categorias, nomeadamente Imprensa escrita (8 concorrentes), rádio (8), televisão (6). O júri foi constituído por 7 membros, representando SETSAN, MISAU, ANSA e SNJ. A cerimónia de premiação foi realizada em Novembro de 2019 e para cada categoria foram eleitos primeiro e segundo classificados (tabela 10); Nos anos seguintes houve a segunda e a terceira edições deste prémio
- Aumento de disseminação de informação sobre nutrição na mídia, incluindo TV e rádio.
- Aumentados conhecimentos e capacidades das organizações da sociedade civil para advogar para a melhoria da nutrição;
- Participação da plataforma SC-SUN na planificação multisectorial de acções de nutrição, aos níveis das províncias e nacional;
- A PSC SUN tem assento no Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (COSAN) e no Conselho Provincial de Segurança Alimentar e Nutricional de Nampula e está assegurado que assim será em outras províncias;
- Aprovação pela assembleia provincial de Nampula e municipais para a participação da PSC SUN no processo de planificação do governo, em Abril de 2022, faltando apenas a assinatura do memorando;
- As acções de monitoria promovidas pelo projecto mostraram elevar o poder de advocacia baseadas em evidência pela sociedade civil. Estas incluem a monitoria comunitária independente, análise de políticas públicas e orçamento de acções relevantes ao PAMRDC; Evidências mostram que em alguns distritos as acções de monitoria comunitária independente realizadas pela PSC SUN contribuíram para o levantamento de problemas, advocacia junto das entidades públicas relevantes, as quais tomaram as devidas acções corretivas. Por exemplo: melhoramento do abastecimento de água, através da abertura de furos de água nos distritos de Changara, cidade de Nampula e Angoche, e registo gratuito de crianças nos serviços de notário no distrito de Angoche;
- A PSC SUN incentivou e assistiu tecnicamente a criação da plataforma "jovens líderes para a nutrição" coordenada pela associação movimento pela cidadania;

Principais Recomendações

- ✓ Continuar a capacitar e apoiar os membros das plataformas nos distritos e províncias em matérias de monitoria, advocacia (lobbies), mobilização de recursos, gestão, liderança;
- ✓ Promover encontros mais frequentes para reflexão e troca de experiência entre os membros da plataforma; Organizar Workshops conjuntos com outras redes, como por ex., rede de advocacia legal, engenharia alimentar, rede de negócios (SUN Business Network), fórum de monitoria do orçamento, observatórios de desenvolvimento, etc., de modo a engajá-los na causa da redução de desnutrição crónica;
- ✓ Capacitação dos Mídias, assembleia Nacional, provincial e municipal sobre matérias de nutrição;
- ✓ Capacitar as organizações membros/parceiras da plataforma em mobilização, planificação e gestão de financiamentos ligados à nutrição e segurança alimentar;
- ✓ Continuar com acções de monitoria, tais como Monitoria Comunitária Independente em todas as províncias, pelo menos em um distrito por cada nova província; Realização de análises e debate sobre alocação orçamental, para acções preconizadas no PAMRDC ou outros instrumentos nacionais em prol da nutrição;
- ✓ Apoiar na disseminação das estratégias para implementação de políticas públicas no âmbito da nutrição (ESAN III, política de SAN, etc), ao nível das assembleias Municipais, provinciais e nacionais;
- ✓ Explorar oportunidades para advocacia pela nutrição, tais como: o novo ciclo de governação, e participar activamente no diálogo sobre os manifestos eleitorais, PQG, PES, Implementação da ESAN III, participação no CONSAN, COPSAN's, a abertura dada pela comissão do plano e orçamento da assembleia da República e Ministério das Finanças para maior compromisso na alocação orçamental para a nutrição pelo orçamento do estado;
- ✓ Explorar ainda mais os outros actores sociais e políticos, fazedores de opinião, tais como OCB's, associações académicas, grupos culturais, agentes económicos, líderes religiosos, líderes locais, desportistas de níveis provinciais, distrital e postos administrativos;
- ✓ A plataforma deve se manter atualizada sobre as mudanças pontuais de titulares de cargos de liderança política, manter a comunicação, devendo se adaptar ao contexto local, ajustar estratégias para estabelecer e manter mecanismos de diálogo;
- ✓ Identificar e criar parcerias com possíveis interessados em financiar as acções da plataforma; Mobilizar mais recursos para implementação de actividades específicas das plataformas provinciais e distritais e descentralizar a gestão de fundos para estes níveis (provincial, distrital e Central);
- ✓ Incorporar acções de monitoria e advocacia para redução da desnutrição crónica nas estratégias e programas e projectos das organizações;
- ✓ Desenhar o plano ou estratégia de sustentabilidade ou de saída, disseminar e implementar.

2. INTRODUÇÃO

2.1. Movimento Scaling Up Nutrition (SUN)

Scaling Up Nutrition (SUN) é um movimento global lançado em 2010 num esforço em terminar com a malnutrição sob todas as suas formas. O Movimento SUN, que conta com mais de 60 países dos quais Moçambique é membro desde 2011, reflecte o esforço colectivo dos Governos, organizações sociais e privadas e indivíduos - trabalhando juntos na criação e na visão de acabar com a fome e a malnutrição em todas as suas formas; e contempla cinco (5) redes, respectivamente: Governo, Doadores e Parceiros Bilaterais, Nações Unidas, Sociedade Civil e Sector Privado.

Em Moçambique, a rede ou plataforma da Sociedade Civil no âmbito do movimento SUN (PSC-SUN), foi estabelecida em 2013, com coordenação rotativa, neste momento sob coordenação da Associação de Nutrição e Segurança Alimentar (ANSA), sediada em Maputo. O propósito da PSC-SUN Moçambique é de estabelecer uma plataforma de organizações da sociedade civil, capaz de monitorar e apoiar a implementação do Plano de Acção Multisectorial para a Redução da Desnutrição Crónica (PAMRDC), e outras estratégias em prol da boa nutrição e advogar para a alocação adequada de recursos para as actividades de Nutrição. Os membros da plataforma são organizações não-governamentais nacionais e internacionais, organizações comunitárias de base, instituições de ensino e de investigação.

2.2. O projecto "Apoio à Plataforma da Sociedade Civil - SUN em Moçambique"

Desde Dezembro de 2017 a PSC-SUN recebe um apoio financeiro da União Europeia, para o projecto denominado "*Apoio à Plataforma da Sociedade Civil - SUN- em Moçambique - Reforçando a voz da sociedade civil para Contribuir para a Redução da desnutrição crónica*", com duração até Maio de 2022. O **objectivo geral** é "Contribuir para o cumprimento das metas nacionais na redução da desnutrição crónica em crianças menores de 5 anos em Moçambique, através de actividades de advocacia"; e **objectivo Específico** "Aumentar a capacidade e a voz da sociedade civil de forma a elevar e manter a "Nutrição" no topo da agenda política, bem como a realização de intervenções eficazes de monitoria e de advocacia para acções nutricionais".

Figura 1: Conceito do Projecto (Impacto directo, Resultados e Produtos)

Impacto directo: aumentada a capacidade e a voz da sociedade civil de forma a elevar e manter a Nutrição no topo da agenda política bem como a realização de intervenções eficazes de monitoria e de advocacia para acções de nutrição.

Resultado 1. Redes da sociedade civil eficazes, inclusivas e produtivas, estabelecidas e funcionais em cada província com capacidade e informações para influenciar o desenvolvimento de políticas e planos específicos e sensíveis à nutrição.

P.1.1 — Desenvolvimento de um plano estratégico de 5 anos para a plataforma SUN-CS;

P.1.2. Expansão das plataformas SUN-CS a mais 5 províncias, revitalização da plataforma SUN-CS em Manica e ações piloto de expansão para 15 distritos seleccionados

Resultado 2. Desenvolvidos e utilizados novos instrumentos para um diálogo mais eficaz entre os cidadãos e o governo, por forma a aumentar a responsabilização dos provedores de serviços de nutrição prestados a nível provincial e local.

P.2.1. Desenvolvida ferramenta de monitorização da satisfação da comunidade;

P.2.2. Monitorada a afectação de recursos para intervenções específicas e sensíveis a nutrição ao abrigo do PAMRDC;

P.2.3. Realizadas acções de sensibilização destinadas a melhorar a nutrição de dotações orçamentais e pagamentos utilizando resultados da monitoria de satisfação da comunidade e de afectação de recursos;

P.2.4. Contribuição para os relatórios de monitoria da implementação PAMRDC

Resultado 3. Aumentada a consciência pública e dos decisores político sobre as políticas e serviços de nutrição através de: i) advocacia direccionada aos decisores políticos, e ii) comunicação social (Mídias).

P.3.1. Partilha de informações e de actividades de sensibilização com os parlamentos nacionais e provinciais;

P.3.2. Lançamento de uma nova campanha de sensibilização a sensibilizar a opinião pública para a nutrição crónica;

P.3.3. Relações com os meios de comunicação social, a fim de os sensibilizar para a nutrição e defender a «causa»;

P.3.4 Desenvolvimento e aplicação de uma «ferramenta de monitorização dos meios de comunicação»

3. OBJECTIVOS, CRITÉRIOS E MÉTODOS DA AVALIAÇÃO

3.1 Objectivos da Avaliação

Os principais objectivos da avaliação são:

- Determinar o grau de alcance dos objectivos do projecto até Maio de 2022;
- Aferir o grau de implementação das recomendações da avaliação de meio-termo e;
- Tecer recomendações a serem consideradas para a elaboração dum eventual novo projecto, em continuidade ao actual.

A audiência da avaliação inclui os membros da plataforma da Sociedade Civil *Scaling Up Nutrition*, a União Europeia na qualidade de doador, os sectores do governo implementadores do Plano de Acção Multisectorial de Redução da desnutrição Crónica (PAMRDC), outras redes do movimento SUN e outras partes interessadas, directa ou indirectamente envolvidas na implementação das actividades.

3.2. Critérios, Questões e Métodos

Para responder aos objectivos e resultados esperados da avaliação, foram usados os critérios de OECD DAC (2021)¹, aos quais a União Europeia se subscreve através do protocolo suplementar número um da convenção da OECD². Especificamente foram usados os critérios:

- ✓ *relevância,*
- ✓ *coerência,*
- ✓ *eficácia,*
- ✓ *impacto e;*
- ✓ *sustentabilidade.*

Com base nos critérios acima descritos, foram formuladas as questões da avaliação, como mostra a tabela 1.

1 Applying Evaluation Criteria Thoughtfully, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/543e84ed-en>.)

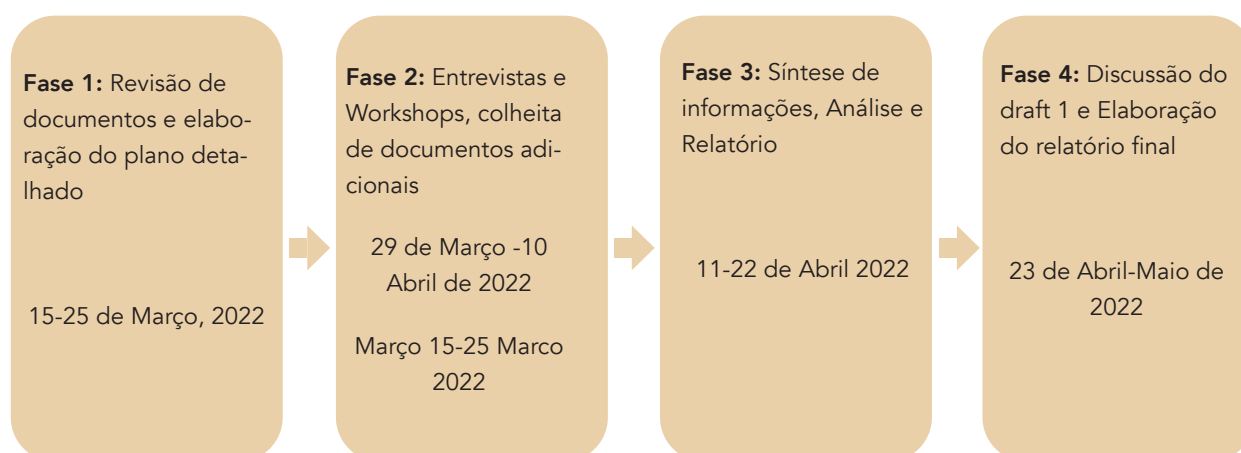
2 Supplementary Protocol No. 1 to the Convention on the OECD - https://www.oecd-ilibrary.org/development/applying-evaluation-criteria-thoughtfully_543e84ed-en

Tabela 1. Critérios, Questões Chaves e Métodos de Avaliação

Critérios de Avaliação	Questões da Avaliação
Relevância	Em que medida as intervenções do projecto foram relevantes para o cumprimento das metas nacionais na redução da desnutrição crónica em crianças menores de 5 anos de idade em Moçambique através de atividades de advocacia? Em que medida o projecto mostrou-se relevante para o aumento da capacidade e da voz da sociedade civil de forma a elevar e manter a Nutrição no topo da agenda política
Coerência	Até que ponto o projecto apoiou/complementou outras intervenções, governos e intervenientes chaves na redução da desnutrição crónica?
Eficácia	Em que medida os objectivos da intervenção do projecto de Apoio à SC SUN pela UE foram atingidos
Impacto	Até que ponto as actividades contribuíram para maior eficácia das acções de advocacia e monitoria de SAN levadas a cabo pela SC?
Sustentabilidade	Até que ponto os resultados alcançados, os benefícios do projecto durarão além do término do financiamento da UE?

As actividades da avaliação decorreram entre os meses de Março-Maio de 2022, como ilustrado no diagrama abaixo.

Figura 2: Fases e Calendário da Avaliação



3.3. Descrição da Metodologia da Avaliação

Foram usados de uma forma combinada métodos qualitativos e quantitativos, por forma a por um lado medir o valor dos indicadores e por outro lado, descrever a acção levada a cabo pela plataforma, no seu conjunto, na advocacia para acções de nutrição, a monitoria dos planos para nutrição bem como a opinião dos actores envolvidos.

Revisão Documental

Foi feita leitura de documentos do projecto, incluindo o desenho do projecto, o plano estratégico, relatórios de progresso das actividades, relatório de avaliação de meio-termo, relatórios e documentos produzidos no âmbito do projecto; a ESAN III, PAMRDC e outros documentos relevantes à nutrição no país, o que permitiu por um lado, compreender a lógica da intervenção para fins de desenho da metodologia e ferramentas de consultas e, por outro lado para analisar o progresso das actividades.

Consultas às Partes Interessadas

No total 112 pessoas participaram das consultas, através de uma combinação de meios, incluindo:

- ✓ Três (3) workshops nas províncias de Gaza, Manica e Nampula, com membros das plataformas e
- ✓ Dois (2) em Maputo com parceiros da PSC-SUN e membros dos grupos multisectoriais de SAN (GT-PAMRDC),
- ✓ Entrevistas interpessoais, via email, telefone e presencial, a 12 pessoas, incluindo (i) membros da equipe responsáveis pela coordenação e assistência técnica da plataforma, (ii) SETSAN, (iii) Assembleia da República (Comissão de Planificação e Orçamento), (iv) Liga Moçambicana de Futebol (Presidente), (v) Associação de Basquetebol da Cidade de Maputo, (vi) ECA- UEM, (vii) Instituto de Democracia Multipartidária, (viii) Sindicato Nacional de Jornalistas, (ix) Outras redes do SUN nomeadamente SUN Business Network (GAIN), Fórum de Parceiros de Nutrição (UNICEF) e (x) outros parceiros da PSC SUN a nível de Maputo. Ao nível das províncias foram entrevistadas 22 pessoas, incluindo (xi) Pontos Focais das plataformas provinciais, (xii) Governo a nível provincial, (xiii) sectores membros dos grupos multisectoriais de SAN e (xiv) Assembleia provincial (ver Tabela 2).

Tabela 2: Partes Interessadas Consultadas

Tipo e Localização	Entidades Chaves	Nº de Participantes	Homens	Mulheres
Equipe do projecto e membros da plataforma	Coordenador(a);	2		2
	Assistente Técnica			
	Pontos Focais das plataformas provinciais	8	8	
Parceiros ao nível de Maputo	Liga Moçambicana de Futebol (Presidente)	1	1	
	Associação de Basquetebol da Cidade de Maputo	1	1	
	ECA- UEM;	1	1	
	Instituto para Democracia Multipartidária	1	1	
	Sindicato Nacional de Jornalistas	1	1	
	SUN sector Privado: (GAIN)	1	1	
	Fórum de Parceiros de Nutrição (UNICEF)	2		2
	Parceiros da PSC SUN a nível de Maputo	11	4	7
Parceiros ao nível de Províncias	Sectores do Governo membros dos grupos multisectoriais de SAN	5	4	1
	Membros das plataformas provinciais	61	28	33
Governo a nível nacional	SETSAN	1		1
	Sectores do Governo membros dos grupos multisectoriais de SAN (GT-PAMRDC)	6	4	2
	Comissão de Planificação e Orçamento	1	1	
Governo a nível provincial	Gabinete do Governador	1		1
	Presidentes das assembleias provinciais	1		1
	Secretários do Estado	1	1	
	DPS;	1		1
	DPAP	2	2	
	DPIC	1		1
	Delegação de SETSAN – pontos focais provinciais dos grupos multisectoriais de SAN	2	1	1
Total de participantes das consultas		112	59	53
Percentagem de homens e mulheres consultadas			53%	47%

As imagens a seguir, mostram vários momentos de workshops com membros das plataformas PSC-SUN nas províncias de Nampula, Manica e Gaza (figura 3).



Figura 3: Workshop, com membros da PSC SUN em Nampula, Manica e Gaza

4. CONSTATAÇÕES

Este capítulo apresenta as constatações, resultantes da triangulação entre os dados dos indicadores, relatórios narrativos anuais do projecto com os resultados das entrevistas. As mesmas estão organizadas por critérios de avaliação, respondendo as respectivas questões.

4.1. Relevância da intervenção

Os resultados das entrevistas são convergentes em relação à relevância do projecto "*Apoio à Plataforma da Sociedade Civil - SUN em Moçambique - Reforçando a voz da sociedade civil para Contribuir para a Redução da desnutrição crónica*". Os mesmos indicam que o projecto foi relevante por contribuir para:

- ✓ Despertar as organizações da sociedade civil para a discussão sobre a problemática da desnutrição crónica em crianças menores de 5 anos;
- ✓ Maior união de diferentes actores relevantes para a segurança alimentar e nutricional (SAN) para juntos advocarem, de forma eficiente e eficaz junto dos intervenientes em prol da redução da desnutrição;
- ✓ Aumento de conhecimentos da Sociedade Civil sobre desnutrição e ferramentas de monitoria de implementação de acções de redução da desnutrição, plasmados em estratégias e planos nacionais, incluindo PAMRDC, ESAN II, PQG, PES e advocacia baseada em evidências;
- ✓ Maior divulgação das políticas públicas, empoderando a comunidade para advogar pelos direitos e deveres no que tange à nutrição;
- ✓ Maior sensibilidade e consciência de diferentes sectores do governo sobre o seu papel nas acções de redução da desnutrição crónica, segundo preconizado no PAMRDC; A realização de mesas redondas com actores multisectoriais a todos os níveis (SETSAN, sectores de saúde, educação, agricultura, indústria e comércio, juventude, obras públicas habitação e recursos hídricos, género criança e acção social, e outros parceiros) para debater a temática foi uma estratégia determinante para este fim;
- ✓ Maior inclusão da Sociedade Civil nos debates e esforços de implementação do PAMRDC e interação entre os diferentes actores e o governo; É exemplo disso a realização de reuniões nacionais com participação do governo, organizações da sociedade civil, parceiros, Mídias e outros actores relevantes à nutrição;
- ✓ Criação de um ambiente que permitiu partilha de informações entre as organizações da sociedade civil, governo e outros actores relevantes para a nutrição;

4.2. Coerência da Intervenção

Há consenso entre os membros e partes interessadas consultadas de que o projecto *"Apoio à Plataforma da Sociedade Civil - SUN em Moçambique - Reforçando a voz da sociedade civil para Contribuir para a Redução da desnutrição crónica"*, foi coerente, pois, este apoiou e complementou as intervenções do governo e outros actores chaves na redução da desnutrição crónica.

Os informantes apontam que o projecto contribuiu para que as acções de monitoria e advocacia, realizadas, pela Sociedade Civil fossem alinhadas com os instrumentos estratégicos do governo, nomeadamente PAMRDC, ESAN, PQGs e PES e que a PSC-SUN representa a voz da sociedade civil, junto do Governo e outros parceiros na implementação das acções tendo em vista a redução da desnutrição crónica.

O projecto contribuiu para maior sinergia, tendo promovido um ambiente e mecanismos para que as organizações da sociedade civil e outros parceiros trabalhem em conjunto para uma advocacia organizada, o que permite maior alcance dos actores relevantes para acções de redução da desnutrição crónica. A PSC SUN actuou em coordenação com o governo e colabora com os pontos focais à diferentes níveis (SETSAN e outras plataformas) e interage com actores relevantes, incluindo líderes políticos/governantes, Mídias, academia (UP, A Politécnica, UniZambeze e USTM) para manter um diálogo sobre os problemas e prioridades de SAN e promover acções para o alcance dos resultados desejados no PAMRDC.

4.3. Eficácia

A discussão sobre a eficácia do projecto é feita seguindo a hierarquia dos resultados, estabelecida no quadro logico. Ou seja, a discussão seguirá objectivos, resultados intermédios ou efeitos I, II, III e IV, segundo o quadro logico do projecto. Apresenta-se para cada nível de resultado os indicadores da linha de base, as metas e resultado alcançado.

4.3.1. Progressos ao Nível do Objectivo do Projecto

O projecto de Apoio a Plataforma da Sociedade Civil Scaling Up Nutrition foi concebido para aumentar a capacidade e voz da sociedade civil para elevar e manter a Nutrição no topo da agenda política bem como a realização de intervenções eficazes de monitoria e de advocacia para acções de nutrição. As acções de monitoria e advocacia visavam contribuir para o cumprimento das metas nacionais para a redução da desnutrição crónica em crianças menores de 5 anos de idade em Moçambique, tal como estabelecido no PAMRDC.

De facto, resultados do IOF 2019-2020 mostram uma redução da desnutrição crónica em crianças menores de 5 anos em Moçambique de 43% em 2010 para 38%. Embora esta redução animadora não possa ser atribuída apenas ao trabalho realizado pela PSC-SUN Moçambique, há que destacar que a monitoria e advocacia realizada por esta plataforma, trouxe mudanças à vários níveis de tomada de decisão que são cruciais para este resultado.

Os diversos documentos que relatam as actividades da PSC SUN, bem como os depoimentos dos informantes são consistentes quanto ao papel que esta tomou no âmbito de monitoria e advocacia para a nutrição.

Os resultados das diferentes fontes mostram que a PSC SUN tornou-se e manteve-se um membro activo em fóruns chave onde são discutidas políticas, estratégias e acções de redução da desnutrição, com destaque a:

- (I) Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSAN);
- (II) Grupos de trabalho de monitoria da implementação do PAMRDC;
- (III) Fórum de Parceiros de Nutrição;
- (IV) Workshops, incluindo os encontros de discussão do progresso de desenvolvimento da ESAN II;
- (V) Encontros chave de criação do CONSAN, no qual a PSC SUN veio a ter um assento, a nível nacional e do COPSAN a nível provincial (Nampula);
- (VI) Uma participação mais notável na Rede Regional SUN Sociedade Civil (ESA-SUN) e nos encontros Globais do movimento SUN;
- (VII) Relações de parcerias com todos os sectores do governo relevantes à nutrição;
- (VIII) Parcerias reconhecidas com a Assembleia da República e Assembleias provinciais

Numa análise feita pela PSC SUN, até 2020, segundo o relatório do mesmo ano, os setores de Saúde, Agricultura e Desenvolvimento Rural, Mar Interior Água e Pescas, Secretário de Estado da Juventude e Emprego, Obras Públicas Habitação e Recursos Hídricos, Género, Infância e Acção Social, Indústria e Comércio, incluindo o de Economia e Finanças tinham pelo menos 3 actividades sensíveis à nutrição e/ou específicas incluídas e orçamentadas nos PES anuais; e notavelmente as actividades vão ganhando corpo em forma de programas específicos nesses sectores

As plataformas têm vindo a promover, desde 2017, diversas campanhas e a produzir materiais de advocacia que tem resultado numa maior sensibilidade e consciência do governo e parceiros de cooperação. Entre as principais realizações alcançadas pelo projecto estão:

- i) A inclusão de indicadores para redução da desnutrição crónica no Plano Quinquenal do Governo 2020-2024 revisto, pois, na primeira versão não estava incluído nenhum objectivo nem indicador; no entanto, após as diversas acções de advocacia da PSC SUN junto à Comissão de Plano e Orçamento da Assembleia da República, foi recuperado o objectivo de redução da desnutrição crónica usado no PQG anterior que previa a redução de 43% para 35%;
- ii) A participação a convite do SETSAN em uma reunião de elaboração de um novo instrumento que irá guiar a planificação e orçamentação do Estado, sob tutela do Ministério de Economia e Finanças denominado "carteira de programas"; onde a plataforma foi crucial para fundamentar a necessidade de trazer a segurança alimentar e nutricional como um programa nacional, e teve a oportunidade para advogar pela responsabilização das respectivas actividades em cada sector do PAMRDC;

- iii) Após este encontro, a PSC-SUN Moçambique posicionou-se como actor chave na defesa para a finalização e aprovação da carteira de programas a todos os níveis incluindo na Assembleia da República e no CONSAN;
- iv) A plataforma influenciou na criação e aprovação do COPSAN em todas as províncias;
- v) A conquista de um assento no COPSAN pela plataforma de Nampula, o único com o COPSAN já estabelecido;
- vi) Participação no desenvolvimento do *draft* da política de SAN;
- vii) A organização de Conferências Anuais de Nutrição de alto nível, com presença de Suas Excias. o/a Governador/a, Secretário/a de Estado, ou seus cônjuges; Presidentes das Assembleias Provinciais, ou e ou outras entidades para refletir sobre nutrição e segurança alimentar nas províncias de Gaza, Manica, Sofala, Zambézia, Niassa e Nampula.

Tabela 3: Progresso nos Indicadores do Objectivo

Indicadores do Objectivo	Valores da Linha de Base e Ano	Metas do Projecto e Ano	Resultados			Progresso Até Maio de 2022 (%)
			Alcançados até Final de 2018	Acumulados até Final de 2020	Acumulados até Maio de 2022	
# de planos setoriais anuais (Plano Económico Social) dos 7 ministérios no PAMRDC com pelo menos 3 acções sensíveis e/ou actividades específicas à nutrição incluídas e devidamente orçamentado	5 dos 7 (2016)	7	Dado Não Disponível	7	7	100%
Número de reuniões provinciais anuais «institucionalizadas» entre SUN-CS plataformas e o Gabinete do chefe dos governadores provinciais (ou os governos provinciais) sobre questões relacionadas com a nutrição	3 (2017)	10	3	10	40	400%
Plataforma SUN-CS a nível nacional representada no CONSAN	0 (2017)	1 (2020)	1	1	1	100%

4.3.2. Resultado 1 - Redes da sociedade civil eficazes, inclusivas e produtivas, estabelecidas e funcionais em cada província

4.3.2.1. Plano estratégico da plataforma SUN-SC

No ano 2018, foi desenvolvido e finalizado um plano estratégico de 5 anos para orientar a plataforma SUN-CS a médio prazo. O plano estratégico é o guião para a planificação de todas as plataformas, as plataformas provinciais fazem os seus planos usando um guião que contém os pilares do plano estratégico. O plano constitui uma base para o comprometimento dos membros da plataforma com a agenda de nutrição.

A harmonização do plano foi realizada com a participação dos pontos focais provinciais das plataformas que existiam em 2018 nomeadamente Nampula, Tete, Inhambane, membros de Maputo e a unidade de coordenação central numa reunião onde foi apresentada a proposta do plano; chegou-se a um consenso sobre a estrutura/esquema para o plano estratégico de cinco anos; à luz desta acção, foi feita a planificação das actividades do projecto com foco no primeiro ano de implementação (2018); e apresentada e acordada a componente financeira do projeto.

A estratégia foi sendo regularmente apresentada e discutida pelas dez (10) províncias para assegurar uma consciência da estratégia e um sentimento de apropriação. A apresentação foi realizada de forma inclusiva para criar confiança e compreensão entre as plataformas parceiras. Para maior disseminação do plano estratégico, em todas as reuniões das plataformas com os diferentes actores relevantes para a nutrição, assim como nas acções de advocacia foi feita a apresentação do mesmo.

4.3.2.2. Expansão da Plataforma da PSC-SUN para as Províncias e Distritos

Antes do actual projecto, já se tinham desenvolvido iniciativas de expansão da Plataforma SC SUN com o apoio do Secretariado Global SUN. Com o efeito já tinham sido estabelecidas, no ano 2013, quatro (4) plataformas provinciais da Sociedade Civil SUN, nomeadamente Maputo, Inhambane, Tete e Nampula.

Com o actual apoio da União Europeia, foram criadas, até finais de 2018, mais seis (6) plataformas provinciais e tornadas operacionais, nomeadamente: Gaza, Sofala, Manica, Zambézia, Niassa e Cabo Delgado. Assim sendo, até ao final de 2018 já estavam estabelecidas plataformas da Sociedade Civil SUN em todas as dez (10) províncias do país, as quais continuam activas até ao momento. Ainda em 2018, as plataformas provinciais expandiram para os distritos nomeadamente Homoine e Zavala (Inhambane), Cahora Bassa e Mutarara (Tete) e Malema, Larde (Nampula).

Em 2019, a expansão das plataformas, planeada para nove (09) distritos foi concluída com sucesso. As províncias de Nampula, Zambézia, Tete e Inhambane expandiram a plataforma

para os distritos de Lalaua e Angoche (Nampula), Inharrime, Morrumbene e Jangamo (Inhambane), e Chifunde, Marara e Doa (Tete) e Mocuba (Zambézia).

Para além da expansão das plataformas nas províncias, ao nível central, no ano 2019 oito (8) organizações aderiram à plataforma, nomeadamente: CIP, Associação Moçambicana para a Promoção da Rapariga (AMORA), FDC, ADPP, Coalizão da Juventude, COJOVEM, Rede HOPEM e KULIMA.

Em 2020, com o prolongamento do projecto, não foi possível concluir a expansão prevista para quatro (4) novos distritos, devido às restrições impostas pela pandemia do COVID 19. Apesar disso, novas ONG's abraçaram a agenda da nutrição em 2020, tanto a nível central e provincial (exemplo: Nweti, Movimento pela Cidadania, New Link e Associação Juvenil para o Desenvolvimento Comunitário em Moçambique-AJUCOM em Maputo).

Com o relaxamento das restrições impostas pelo COVID 19, em 2021, foi possível estabelecer cinco (5) novas plataformas distritais nomeadamente Manjacaze (Gaza), Vanduzi (Manica), Dondo (Sofala), Gurué (Zambézia), e Ribaué (Nampula).

Tabela 4: Plataformas provinciais e distritais estabelecidas

Plataformas provinciais		Total (plataformas provinciais)	Plataformas distritais			Total (Plataformas distritais)
2013	2018		2018	2019	2021	
Maputo		1				0
	Gaza	1			Manjacaze	1
Inhambane		1	Homoine e Zavala	Inharrime Morrumbene e Jangamo		5
	Sofala	1			Dondo	1
	Manica	1			Vanduzi	1
Tete		1	Cahora Bassa e Mutarara	Chifunde, Marara e Doa		5
	Zambézia	1		Mocuba	Gurué	2
Nampula		1	Malema e Larde	Angoche e Lualaba	Ribaué	5
	Niassa	1				
	Cabo Delgado	1				
4	6	10	6	9	5	20

Como pode-se perceber na tabela 4, houve um avanço mais rápido na criação de PSC SUN distritais em províncias nas quais já haviam sido estabelecidas há mais tempo (2013), no-

meadamente Inhambane (5 plataformas distritais), Tete (5), Nampula (5), e após a meta do projecto alcançada as plataformas provinciais mais novas solicitaram em sede de reuniões nacionais de planificação, a oportunidade de experimentar a expansão para os distritos, nomeadamente as províncias de Zambézia, Sofala, Manica e Gaza.

Etapas de estabelecimento das plataformas

- i) No processo de estabelecimento de plataformas foi realizada uma reunião de planificação anual em Maputo, onde os pontos focais das plataformas provinciais e a plataforma central identificaram os distritos com potencialidade para estabelecer as plataformas;
- ii) A nível das províncias os pontos focais realizaram reuniões com todos os membros das plataformas provinciais onde ocorreu a selecção final dos distritos, com base na sua compreensão dos distritos prioritários e onde os membros têm implementação de programas relevantes à nutrição;
- iii) Foi feito um mapeamento das organizações que estão trabalhando em questões nutricionais nessas províncias e distritos seleccionados para expansão, a fim de identificar potenciais membros. O exercício foi realizado pelos pontos focais em cada província para o nível de distrito, e pelas organizações ponto de contacto nas novas províncias, utilizando uma matriz padronizada desenvolvida pela Unidade de Coordenação em Maputo (ANSA, HKI);
- iv) Os resultados do mapeamento foram apresentados aos Governos provinciais e distritais para a sua validação;
- v) Reuniões consultivas com membros/membros potenciais para apresentar os princípios, propósito e apresentação dos TdR do movimento SUN e actividades previstas para reforçar a compreensão dos objectivos da PSC-SUN e partilhar experiências. É importante reconhecer o papel desempenhado voluntariamente por algumas organizações membros da PSC-SUN a nível nacional, na facilitação e organização das primeiras reuniões consultivas a nível provincial onde estas organizações estão a trabalhar. Por exemplo em Manica, Gaza e Zambézia foi Save The Children, em Cabo Delgado a Aga Khan e PROGRESSO liderava no Niassa;
- vi) Formalização e estabelecimento das plataformas. O estabelecimento das plataformas distritais foi apoiado pelas plataformas Provinciais de SC e pela Unidade de Coordenação;
- vii) Capacitação dos membros das novas plataformas em conceitos de nutrição, monitoria e advocacia para nutrição como forma de assegurar uma descentralização efectiva da PSC-SUN. A unidade de coordenação em Maputo realizou todos os treinamentos a nível provincial, e para os distritos acompanhou a primeira formação distrital, para garantir que o processo de formação fosse de qualida-

de, onde a segunda foi conduzida exclusivamente por membros da PSC-SUN provinciais, acompanhados pela UC.

Tendo sido estabelecidas plataformas em todas províncias do país, existe, em cada uma, um secretariado constituído por representantes de diferentes organizações membros da PSC-SUN, que funciona como unidade de coordenação ao nível das províncias e distritos. Os membros do secretariado e os pontos focais são indicados pelos membros das respectivas PSC SUN, com base na capacidade técnica, influência, comprometimento e participação. O número de membros do secretariado das diferentes PSC SUN provinciais varia de 1-5. Notou-se que houve mudanças na composição do secretariado da PSC SUN na maior parte das províncias (excepto em Nampula e Tete) durante a vigência do projecto, podendo se distinguir dois (2) cenários (tabela 5):

- ✓ Aumento do número de organizações no secretariado/coordenação para melhorar a dinâmica e não sobrecarregar a uma ou duas organizações;
- ✓ Redução e/ou alteração da composição do secretariado. Os motivos apontados para esta alteração foram: i) término de contrato dos pontos focais (pessoas) com as instituições ou organizações que representavam como membros da plataforma e/ou do projecto, ii) transferência para outras províncias e iii) redução de interesse após constatarem que no âmbito da PCS-SUN não receberão financiamentos, contra as suas expectativas, iv) pressão de trabalho das organizações.

Tabela 5: Pontos focais de cada província

Província	Unidade de coordenação inicial	Unidade de coordenação actual
Nacional	ANSA e HKI	ANSA e HKI (reeleitas em 2021)
Gaza	FONGA	FONGA, OCSIDA, Kuvumbana e ACVD
Inhambane	ACUDES e MMMR	ACUDES
Sofala	SOPROC, ASATE, TRIMODER, CCM e AJUPCE	SOPROC, ASATE e TRIMODER
Manica	UCAMA, ANDA, KUBATSIRA e Save The Children	UCAMA
Tete	ADELT e ASA	ADELT e ASA
Zambézia	CECOHAS e ADRA	CECOHAS e FONGZA
Nampula	AFDC e Visão Mundial	AFDC e Visão Mundial
Cabo delgado	Aga Khan e PROGRESSO	Aga Khan, Associação PROGRESSO e Associação Okumi
Niassa	Associação Progresso e CCM	ROADS e Associação REPADES-JAC

A expansão da plataforma SC-SUN contribuiu significativamente no reforço das capacidades da sociedade civil para exercer a função de advocacia junto ao governo e outros actores relevantes a todos os níveis como forma de conscientizá-los e sensibiliza-los a dar cada vez mais prioridade, e alocar mais recursos às acções direccionadas à redução da desnutrição crónica.

Em 2020, foi acordado um formato de assistência técnica, em que anualmente a equipe de coordenação central presta às plataformas provinciais e por sua vez estas assistem às dis-

tritaís. Além da assistência anual, as plataformas provinciais têm solicitado sempre que necessário a equipe de coordenação central para prestar assistência técnica por exemplo para encontros específicos a que são convidados e no uso de instrumentos de monitoria. A assistência técnica consiste em apoiar as províncias e distritos, juntos fazer-se uma análise do nível de execução das acções planificadas (Plano de trabalho versus relatório de implementação), identificar os constrangimentos e em conjunto com a província/distrito encontrar possíveis soluções para estes constrangimentos, listar as necessidades que possam melhorar a realização das actividades, e tecer algumas recomendações (retirado dos termos de referência das assistências técnicas). De salientar que, anualmente é realizada a formação/capacitação de reciclagem aos membros das plataformas mais antigas em conceitos básicos de nutrição e advocacia para nutrição (tabela 6).

Tabela 6: Plataformas provinciais e distritais capacitadas

Tema	2018	2019	2021
Conceitos básicos de nutrição (Plataformas provinciais)	Manica, Sofala, Gaza, Cabo Delgado e Zambézia,	Niassa	
Conceitos básicos de nutrição (plataformas distritais)	Zavala, Malema Cahora Bassa, Homoine, Mutarara e Larde	Inharrime, Morrumbene, Jangamo, Chifunde, Marara, Doa e Angoche, Lualaba	Madlacazi, Dondo, Vanduzi, Gurué e Ribaué
Reciclagem (Plataformas provinciais)	Inhambane, Nampula e Tete	Maputo, Gaza, Inhambane, Sofala, Manica, Tete, Zambézia, Nampula e Cabo Delgado	Gaza, Inhambane, Manica, Sofala, Zambézia, Tete, Nampula, Cabo Delgado e Niassa.
Reciclagem (Plataformas distritais)			Larde, Malema, Lalaua, Angoche, Homoine, Zavala, Inharrime, Morrumbene, Jangamo, Changara, Mutarara, Cahora Bassa, Chifunde, Marara, Doa e Mocuba

Como pode se notar na tabela acima, no ano 2020 as formações/capacitações não foram realizadas. Devido às restrições impostas pelo decreto presidencial no âmbito do COVID 19, não foram estabelecidas novas plataformas motivo pelo qual não houve formações/capacitações às plataformas. Foi dada prioridade a assistência às plataformas distritais existentes, para as fortalecer e consolidar as suas capacidades para influenciar o desenvolvimento de políticas e planos específicos e sensíveis à nutrição.

De salientar que, para além do apoio técnico para uma advocacia consciente, a unidade de coordenação compartilha oportunidades de financiamento por e-mail e grupo de WhatsApp, e os membros são incentivados a formar consórcios para ter acesso ao financiamento dos seus projectos.

Para além dos treinamentos, a PSC SUN realiza anualmente, no primeiro trimestre, a Conferência Nacional e Reunião Anual de Planificação; uma reunião onde todas plataformas provinciais, e desde 2021 também as distritais, se encontram através de seus pontos focais. No primeiro dia deste encontro realiza-se a Conferência Nacional que é onde também partici-

pam membros do Governo, membro das outras plataformas/redes SUN, sector privado e parceiros, e o segundo e terceiro dias são dedicados à planificação interna (. Através destes encontros a PSC-SUN apresenta e promove discussão sobre (i) os progressos alcançados pelas acções da PSC SUN em geral, incluindo as plataformas provinciais, os desafios e lições aprendidas; (ii) experiência e mecanismos de colaboração entre diferentes plataformas e redes; e (iii) planifica actividades anuais, no contexto do Plano Estratégico da PSC SUN.

As plataformas provinciais e distritais realizaram reuniões trimestrais regulares, onde as realizações das organizações são partilhadas, embora em 2020, algumas províncias, como Cabo Delgado, Niassa, Sofala, Gaza e Maputo, não realizaram algumas reuniões trimestrais, devido às restrições da COVID 19. As PSC SUN provinciais participam também em reuniões com o governo provincial (pelo menos uma vez ao ano), com direcções provinciais de sectores chaves tais como DPS, DPASA e SETSAN, bem como reuniões realizadas por outros actores na área da nutrição.

Em 2021, para além das reuniões de planificação, foram realizadas eleições internas da PSC-SUN, para as posições de coordenador e co-coordenador da plataforma, tendo a ANSA sido reencaminhada para coordenadora e a HKI para co-coordenadora. Este processo abrangeu todas as redes provinciais e distritais existentes, e o comité eleitoral foi composto por representantes do SETSAN, como órgão do governo que responde pela coordenação das acções de SAN no país, da Plataforma da Sociedade Civil para Protecção Social (PSC – PS) e do Nutrition Partners Forum (NPF; concretamente o PMA). Todo este processo foi acompanhado por um jurista contratado.

Os membros da plataforma SUN-SC afirmam estar satisfeitos por fazer parte da plataforma, pois, sentem que existe coesão, sentido de pertença e oportunidade de participar activamente no processo de planificação e realização das actividades de advocacia. A título de exemplo, no ano 2018 foi desenvolvido e finalizado um plano estratégico de cinco (5) anos para orientar a plataforma SUN-CS a médio prazo. O plano estratégico é o guião para a planificação de todas as plataformas. As plataformas provinciais fazem os seus planos usando um guião que contém os pilares do plano estratégico.

O maior constrangimento reportado por todas PSC SUN provinciais é a limitação de recursos financeiros e humanos para a realização efectiva do trabalho de advocacia. Estes reportam que muitas vezes não é possível implementar o plano por si desenhado, tais como visitas de monitoria e apoio as plataformas distritais, e acabam se limitando a realizar o número mínimo de reuniões a nível da província.

Até o ano de 2020, quase todas metas dos indicadores do resultado 1 já haviam sido alcançadas, na sua maioria acima de 100%, faltando apenas as do indicador "número de grupos de trabalho técnico de PAMRDC onde plataformas SC SUN participam". Com a extensão do projecto, até Maio de 2022, foi possível estar ainda acima de quase todas as metas estabelecidas, com excepção do indicador "Número de plataformas provinciais SUN-CS estabelecidas, treinadas e operacionais", que foi alcançado em 100%, não sendo possível estar acima porque a meta corresponde ao número de províncias do país. (tabela 7).

Tabela 7: Progresso nos indicadores do resultado 1

Indicadores do Resultado 1 do projecto	Linha de Base	Meta do Projecto	Resultados Alcançados até Final de 2018	Resultados Acumulados até Final de 2019	Resultados Acumulados até Final de 2020	Resultados Acumulados até Maio de 2022	Progresso até Maio de 2022 (%)
# de plataformas provinciais SUN-CS estabelecidas, treinadas e operacionais	4	10 (Todas Províncias)	10	10	10	10	100/%
# de plataformas distritais SUN-CS estabelecidas, treinadas e operacionais	0 (2017)	15 (2017)	6	15	15	20	133%
# de reuniões ordinárias das plataformas SUN aos níveis provincial e distrital (treinamentos, reuniões trimestrais nas províncias e pelo menos uma anual por distrito)	4	55	34	80	129	199	362%
# de grupos de trabalho técnico de PAMRDC onde plataformas SC SUN participam	4	Todos GT's do SETSAN ao nível de todas Províncias (70)	19	39	57	85	121%
# de novas acções de advocacia sobre questões críticas de nutrição identificadas pela plataforma SC SUN	0	2	Planificado para 2019	5	14	63	3150%

4.3.3. Resultado 2 - Desenvolvidos e utilizados novos instrumentos para um diálogo mais eficaz entre os cidadãos e o governo

4.3.3.1. Desenvolvimento de um "instrumento de monitoria comunitária independente" para nutrição

Em 2018, foi desenvolvida e pré-testada uma ferramenta de Monitoria Comunitária Independente (MCI) que visa medir o grau de satisfação das comunidades para aferir o efeito das Políticas de nutrição. O processo de criação/desenho do guião de Monitoria Comunitária Independente, foi inspirado pela experiência de MCI levado a cabo pela Plataforma da Sociedade Civil de Protecção Social, entretanto, pela complexidade da nutrição (multisectorial), primou-se por um processo mais participativo com envolvimento do Grupo Técnico do PAMRDC no SETSAN³ a nível central na definição dos indicadores a serem colectados e monitorados.

Após a definição dos principais indicadores a monitorar foi realizada uma reunião com equipas técnicas indicadas por cada uma das plataformas mais antigas (Nampula, Tete, Inhambane e Maputo), para a discussão do processo, sua capacitação, afinação do instrumento; o que culminou com a elaboração de um guião da MCI do PAMRDC (figura 4)

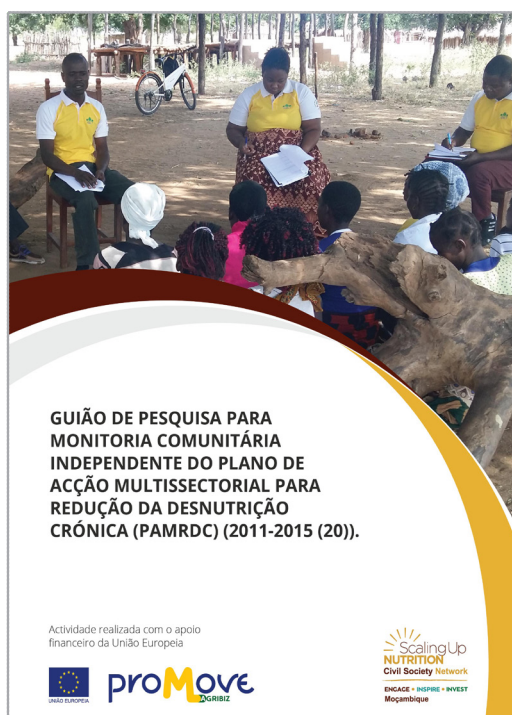


Figura 4: Capa do guião de pesquisa para MCI

No âmbito deste instrumento, foi desenvolvida uma ficha para coleta de informações individuais de mães de crianças menores de 2 anos e uma ficha para coleta de informações individuais nos sectores abrangidos, bem como, as respectivas fichas de resumo para ambos. As ferramentas foram compartilhadas com o grupo de trabalho composto pelo Ponto Focal de Nampula, Aga Khan, CARE, MMR e a Unidade de Coordenação.

As organizações ADELTA e ASA em Tete, AFDC e Solidariedade Zambézia em Nampula, ACUDES e Vuneka em Inhambane, Ntumbuluku e IBFAN em Maputo foram treinadas para garantir o seu domínio da ferramenta e realizar a primeira MCI.

A Monitoria Comunitária Independente foi realizada pela primeira vez no ano de 2019 em dez (10) distritos, nomeadamente, Larde, Mecuburi (Nampula), Changara e Chifunde (Tete), Inhambane Ceu e Jangamo (Inhambane), Boane (província de Maputo) Katembe, Hlamankulo e Kamavota (Cidade de Maputo), tendo sido cobertas duas (2) comunidades por distrito, o que totalizou vinte (20) comunidades. Os temas abordados subdividiram-se nas áreas de alimentação (incluindo produção), água, saneamento e serviços de agricultura, saúde e educação.

Em 2020 decorreu o segundo ciclo do MCI nestas províncias, entretanto, a província de Nampula não conseguiu concluir o ciclo devido à dificuldade de movimentação de pessoal, tendo concluído em 2021 e apresentado os resultados em 2022.

As restantes três (3) províncias, Maputo, Inhambane e Tete, realizaram os dois (2) ciclos de MCI previstas para 2021 faltando apenas a realização dos encontros para apresentação dos resultados ao nível da província.

Em 2021 a quando da introdução de uma nova província no processo, neste caso Sofala, a ASA e ADELTA de Tete receberam novamente a formação em MCI, pois, alguns membros da equipa já não faziam parte das organizações. Na província da Sofala duas (2) organizações foram treinadas nomeadamente a SOPROC e TRIMODER.

A realização do MCI consistiu em:

- 1) Inquérito a mães de crianças abaixo de 2 anos e técnicos de serviços públicos relevantes para o PAMRDC (Serviços Distritais de Actividades Económicas, Serviços Distritais de Planeamento e Infraestrutura, Serviços Distritais de Educação Juventude e Tecnologia, Serviço Distrital de Saúde Mulher e Accção Social);
- 2) Grupos de foco com grupos de mães, líderes locais, com membros influentes da comunidade;
- 3) Debate com representantes do governo do distrito, líderes comunitários e organizações da sociedade civil aonde se discute os problemas identificados e soluções possíveis;
- 4) Discussão a nível provincial e distrital com representantes de sectores chaves;
- 5) Acções de advocacia baseada nos resultados e soluções para melhoria de provisão de serviços e maior participação do Cidadão.

Algumas constatações da Monitoria Comunitária Independente são:

✓ Da entrevista com os setores:

- Constatou-se que ainda havia técnicos dos serviços distritais que não conheciam o PAMRDC;

- Nem todos os sectores tinham parceria com ONG's para a implementação dos seus programas (ex. Todos os sectores em Larde, SDSMAS e SDAE em Katembe, SDAE e SDEJ em Chifunde);
 - Em Larde, província de Nampula, apenas em 28 comunidades de um total de 58, o SDPI tinha programas de promoção de acesso à água e promove o uso de latrinas melhoradas. A escola secundária de Nambilane e todas escolas primárias tinham más condições de saneamento e as salas de aulas eram feitas de material precário;
 - Nem todas as unidades de saúde possuíam técnicos de nutrição (Larde, Boane e Katembe); e
 - O PRONAE (programa de alimentação escolar) ainda não abrange a maioria das escolas mais vulneráveis.
- ✓ Da entrevista das mães e discussão do grupo focal:
- Constatou-se que, embora as mães tenham conhecimento sobre as práticas recomendadas de alimentação infantil ainda havia muitas que não praticavam as recomendações alimentares (ex. introdução de outros alimentos antes dos 6 meses, pois acreditam que quando a criança chora é porque está com fome ou sede, entre outras crenças);
 - Em Tete, embora haja altos índices de produção de caprinos, não se consumia a carne;
 - Existiam mães que não tinham informação sobre o aleitamento materno exclusivo;
 - Em relação à Prestação de Serviço (atendimento) na Unidade de Saúde haviam questões de longas esperas e mau atendimento, principalmente nas farmácias, associado a falta de medicamentos;
 - Problemas de saneamento em alguns distritos (água estagnada nas ruas, defecação a céu aberto principalmente em menores de 5 anos) e há algumas famílias que por motivos diversos não têm latrinas e usam dos vizinhos ou praticam "defecação a céu aberto".

Algumas histórias de sucesso da MCI

Em Maputo, em 2019, para o SDSMAS, o Distrito de Boane tinha 3 técnicos de nutrição servindo somente 2 das 13 unidades sanitárias. Em 2020 Boane passou a ter 5 técnicos de nutrição servindo 4 unidades sanitária. Em 2018 e 2019 a maior parte dos sectores chave referiu não conhecer o PAMRDC. Em 2020 quando entrevistados novamente, os sectores chave mostraram conhecimento sobre o documento.

Na província de Tete, distrito de Changara, a MCI levou a que as mães ganhassem consciência e coragem para denunciar. Em 2019 as mães disseram que eram bem atendidas nas

unidades sanitárias e em 2020, afirmaram que eram mal atendidas, facto que foi confirmado na reunião distrital.

Ainda em Changara, e Chifunde no ano 2019, as mães disseram que não tinham água potável nos bairros, no entanto, em 2020, afirmaram que já tinham água potável canalizada nos bairros. De acordo com o ponto focal de Nampula a mesma situação verificou-se na cidade de Nampula e Angoche.

No distrito de Chifunde, província de Tete, nos dois anos (2019 e 2020), as mães afirmaram que não conseguiam alimentos para todo o ano, nas épocas de escassez não conseguiam tomar as 3 refeições diárias, contudo, melhorou o consumo de carne em relação ao ano 2019. As mães afirmaram ainda que estavam muito satisfeitas com o aconselhamento que recebiam na US e que todas famílias tinham acesso a latrinas e que todos adultos usavam a latrina.

4.3.3.2. Monitoria dos Planos Estratégicos Sectoriais, para verificar a inclusão de accões específicos e sensíveis à Nutrição

Em 2019 a PSC SUN alcançou um resultado marcante ao realizar e disseminar, em colaboração com consultores do Observatório Cidadão pela Saúde, um relatório do rastreamento de recursos alocados, planificação e execução de actividades sensíveis e específicas à nutrição, ou seja, conducentes a redução da desnutrição crónica no país, por sectores signatários e não signatários do PAMRDC, para o período 2010-2019 (figura 5).

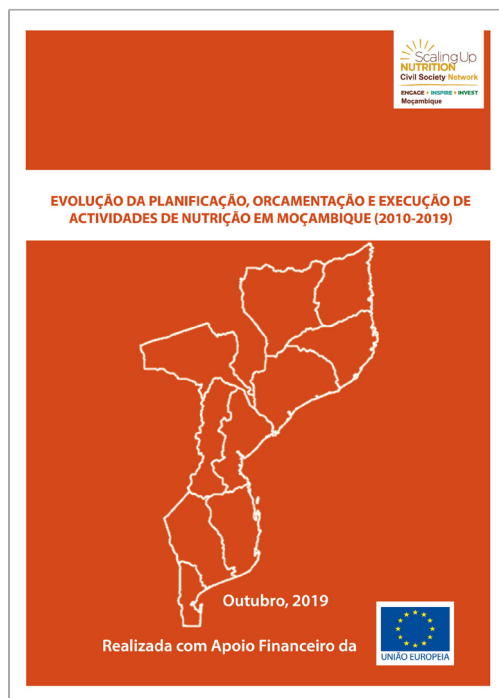


Figura 5: Capa do relatório de Monitoria do orçamento

A análise dos dados foi efectuada com recurso a diferentes ferramentas do Sistema Nacional de Planeamento e Orçamento, nomeadamente: Relatórios de Execução Orçamental e Financeira dos Sectores Implementadores, Sistema de Administração Financeira do Estado,

e-SISTAFE, e Contas Gerais do Estado (2010-2018). Os resultados indicaram que apesar de ter sido aprovado em 2010, o PAMRDC só foi incluso no orçamento do estado a partir de 2013 e que durante a década em análise foi alocado em média para a implementação do PAMRDC para todo o país, cerca de 0.013% do orçamento total do estado. Em termos de valores monetários, cerca de 0.013% do orçamento, é um valor abaixo dos 10\$ anuais por criança menor de 5 anos recomendados pelo Banco Mundial, o que corresponderia a 1.1% da despesa pública.

A PSC SUN em colaboração com a SUN CS Alliance dos países da África Austral e Oriental (SUN ESA CSN), advogou para um aumento de 3% ao ano, durante 3 anos consecutivos, do orçamento total atribuído à nutrição para acelerar o processo de redução da desnutrição crônica (campanha 3 por 3).

Em 2021 a PSC SUN realizou a monitoria dos Planos Estratégicos Sectoriais dos sectores do Governo signatários do PAMRDC e os não signatários (MITADER e Pescas) (figura 6), com a pretensão de avaliar a inclusão das acções sensíveis e específicas à Nutrição, nos respectivos planos. Os resultados desta monitoria indicam que as principais Estratégias e Planos, nomeadamente a Estratégia Nacional de Desenvolvimento (ENDE), o Programa Quinquenal do Governo (PQG 2020-2024) e o Plano Económico Social (PES, 2021) incluem os objectivos estratégicos do PAMRDC.

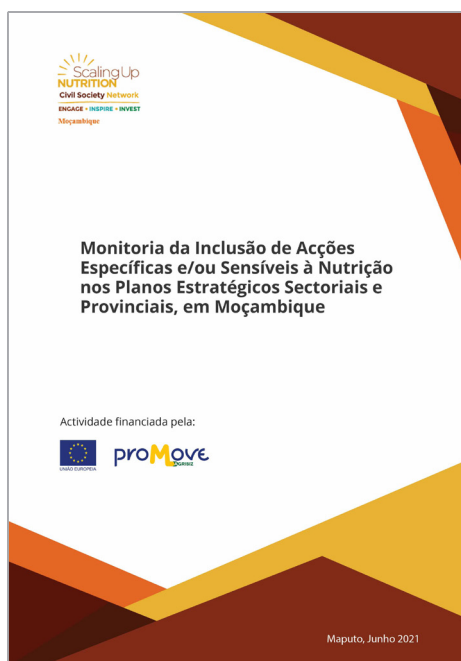


Figura 6: Capa do relatório de Monitoria dos Planos Estratégicos

Quanto à inclusão dos Objectivos Estratégicos do PAMRDC nos Planos Estratégicos Provinciais constatou-se haver muitas lacunas, sendo que apenas o Objectivo Específico 4 (Fortalecidas as actividades dirigidas aos agregados familiares para a melhoria do acesso e utilização de alimentos de alto valor nutritivo) está nos onze (11) Planos Provinciais e mais de metade dos Objectivos não constam em seis (6) Planos Provinciais. Os planos mostram mais integração

de acções relacionadas ao fornecimento de água potável, saneamento, protecção social, produção e processamento de alimentos agropecuários e pesqueiros. As acções sanitárias e de educação nutricional são raras ou não estão explícitas.

Estes dois estudos foram/são fundamentais para a materialização da missão e visão da PS-C-SUN, pois, constituem a base para a advocacia baseada em evidências. Com o segundo estudo, é possível visualizar o actual cenário de inclusão estratégica e política das matérias ligadas à nutrição e antever e planificar acções de advocacia para as próximas fases de estratégias e ou no desenho de novos documentos de desenvolvimento do país.

4.3.3.3. Actividades de advocacia visando melhorar a alocação orçamental e o desembolso de fundos para a nutrição

A PSC SUN produziu em 2018, diversos materiais de advocacia, com base em resultados de outros estudos relevantes, tais como: (i) Estudo do Impacto Social e Económico da Desnutrição Infantil no Desenvolvimento a Longo Prazo de Moçambique, mais conhecido por "O Custo da Fome", liderado por SETSAN em colaboração com o PMA; (ii) Relatório Global de Nutrição; (iii) Relatórios de outros fóruns de nutrição regionais e internacionais.

Com evidências geradas pelos estudos e relatórios acima referidos, em adição os resultados das MCIs e da monitoria do orçamento alocado ao PAMRDC (relatório a cima destacado), a PSC SUN tem produzido diversos materiais de advocacia com destaque a blocos de notas com estatísticas e mensagens chaves na contracapa para consciencializar e sensibilizar os tomadores de decisão sobre a problemática e para maior alocação de recursos para acções de redução da desnutrição crónica. A PSC SUN produziu ainda *rollups*, *banners* exibidos em espaços públicos com destaque para os campos de jogos durante a maior competição de futebol no país (os jogos de Moçambola), campeonato escolar de basquetebol, usando como evidências relatórios credíveis nacionais e internacionais.

As principais acções de advocacia realizadas em 2019, foram: i) apresentação dos resultados do MCI a nível distrital, com sectores governamentais, líderes comunitários e organizações da SC e ii) produção de um *infflash* com os resultados da análise de alocação de recursos que serviu também para a produção de cadernos com calendário impresso para 2020, que foram divulgados aos novos Ministros e Governadores do governo, que tomaram posse em Janeiro de 2020, incluindo parlamentares (comissões específicas) e outros actores. Foram ainda produzidos materiais como o "Manifesto da nutrição", *rollups* e *banners* expostos na "Copa Nutrição" e "Moçambola".

Em 2021, foi partilhado o relatório de Monitoria dos Planos Estratégicos Sectoriais e provinciais, para verificar a inclusão de accções específicos e sensíveis à Nutrição, com os nove (9) Ministérios envolvidos, incluindo o MEF, ao nível do Gabinete do Ministro, do Vice-Ministro e do Secretário Permanente, junto com uma carta advocando para a inclusão de acções em prol da Nutrição, nas suas planificações estratégicas e anuais. Ao nível das províncias o mesmo foi feito ao nível do Gabinete do Governador e do Secretário do Estado.

Em suma, a gênese da PSC-SUN, e a sua missão resumem-se na monitoria e advocacia em prol da nutrição pelo que em todos os momentos a todos os níveis estas foram as principais actividades após a criação de capacidades e expansão da voz a nível nacional. Abaixo encontram-se figuras de alguns materiais de advocacia produzidos pela PSC SUN.



Figura 7: Material de advocacia produzido pela PSC SUN
(Blocos de nota, Canetas, Calendário e infoflash's)

4.3.3.4. Contribuição para o relatório de monitoria bianual sobre a implementação do PAMRDC

A PSC SUN tem colaborado com o SETSAN e outras redes relevantes à temática de nutrição, envolvendo e reportando a esta entidade as suas actividades e igualmente participando em eventos a convite da mesma. Com o efeito, a PSC SUN tem estado a contribuir para a produção do relatório bianual de implementação do PAMRDC, produzido pelo SETSAN, submetido ao Conselho de Ministros. A PSC SUN contribui substancialmente na secção específica sobre a participação da sociedade civil no relatório bianual sobre a implementação do PAMRDC e tem sido parte do grupo de trabalho, contribuindo na produção do relatório, submetido ao Conselho de Ministros.

No final da vigência do PAMRDC 2010-2020, o SETSAN acolheu uma conferência nacional para avaliar o PAMRDC, onde a PSC SUN participou activamente com uma apresentação das lições aprendidas, desafios e oportunidades da sociedade civil. Outras grandes conquistas da PSC-SUN foram a participação da PSC-SUN na preparação da primeira política nacional de segurança alimentar e nutricional do país e na nova ESAN (ESAN III) e a participação a convite do SETSAN, com o Ministério da Economia e Finanças, para influenciar a aprovação da Segurança Alimentar e Nutricional como programa nacional ("portfólio de programas – carteira de programas"). O relatório foi editado disseminado aos diferentes sectores, ao nível das províncias e da Cidade de Maputo.

Em 2021, apesar do SETSAN não ter realizado nenhum encontro com o GT-PAMRDC, as realizações da PSC-SUN em 2020, foram compartilhadas com o SETSAN, para a sua inclusão no relatório enviado a S.Excia. o Primeiro-ministro como líder do CONSAN, e para o relatório enviado pelo SETSAN ao Secretariado Global do Movimento SUN.

Mesmo antes da extensão do projecto, até em 2020, as metas de dois (2) dos três (3) indicadores do resultado dois (2) foram alcançadas em mais de 100% (acima da meta). Não foi possível alcançar a meta do indicador referente ao "número de acções de advocacia desenvolvidas pela PCS SUN com base nos resultados da MCI e da análise sobre a alocação de recursos para a execução do PAMRDC", tanto em 2020 como durante o período de extensão (tabela 8).

Tabela 8: Progresso nos indicadores do resultado II

Indicadores do Resultado II do projecto	Linha de Base	Meta do Projecto	Resultados Alcançados até Final de 2018	Resultados Acumulados até Final de 2019	Resultados Acumulados até Final de 2020	Resultados Acumulados até Maio de 2022	Progresso até Maio de 2022 (%)
Número de relatórios de Monitoria comunitária independente (MCI)		10 (2020)					
produzidos a nível provincial e reconhecidos nos relatórios anuais provinciais e nacional do SETSAN	0 (2017)	(5 províncias (2 distritos totalizando 10 relatórios)	0	8	12	28	280%
# de acções de advocacia desenvolvidas pela PCS SUN com base nos resultados da MCI e da análise sobre a alocação de recursos para a execução do PAMRDC»	0 (2017)	28	0	7	8	26	93%
Actividades das plataformas SC SUN integradas no relatório anual do SETSAN, submetido ao Conselho de Ministros sobre a implementação do PAMRDC	4 (2017)	10 (2020)	4	14	24	24	240%

4.3.4. Resultado 3 - Aumentada a consciência pública sobre as políticas e serviços de nutrição

4.3.4.1. Partilha de informações e acções de advocacia junto dos tomadores de decisão, a nível Nacional e Provincial

A PSC SUN realizou, em parceria com o Instituto para Democracia Multipartidária (IMD), uma acção de advocacia aos partidos políticos ("Diálogo Sobre Nutrição nas Eleições de 2019 em Moçambique") que teve um grande impacto, com objectivo de incentivá-los a incluírem a Agenda de Nutrição nos seus Manifestos Eleitorais e nos discursos públicos. Neste diálogo a PSC SUN realizou uma palestra aos partidos políticos com evidências mostrando a gravidade da problemática de desnutrição crónica, seus impactos negativos na qualidade de vida, na capacidade de subsistência e na economia nacional e apresentou o "Manifesto de Nutrição", o qual foi simbolicamente votado por todos os partidos políticos presentes como agenda nacional e incondicional (figura 8)



Figura 8: "Diálogo Sobre Nutrição nas Eleições de 2019 em Moçambique"

Como resultado do debate acima referido, a PSC SUN foi convidada a fazer exposição dos materiais de advocacia, incluindo o "Manifesto de Nutrição", num *Workshop* organizado pelo IMD, denominado "festa de manifestos".

Segundo a PSC-SUN os participantes destes eventos admitiram que se sentiram sensibilizados e não tinham o domínio da dimensão da problemática da desnutrição e sugeriram que fossem produzidas mensagens em linguagem mais simplificadas para o conhecimento e utilização em discussões com o público.

O "Manifesto de Nutrição" foi apresentado numa altura em que os partidos já tinham preparado e disseminado o seu manifesto eleitoral, o que não permitiu fazer a sua inclusão, contudo, notou-se que os temas de nutrição foram cada vez mais incluídos nos debates subsequentes e os termos-chaves tais como segurança alimentar, desnutrição bem como os dados de desnutrição eram mencionados nos discursos de campanha. Após eleições de 15 de Outubro de 2019, S. Excia Presidente da República Filipe Nyusi, a quando do seu discurso inaugural de tomada de posse, mencionou e assumiu a Fome Zero, redução da desnutrição crónica e alocação de 10% do Orçamento do Estado ao sector de Agricultura, como objectivos da sua governação, o que se considera um grande ganho a nível de advocacia nacional.

Em 2019, a PSC SUN criou e liderou um pequeno "grupo de pressão" para a nutrição nas reuniões para discutir o Plano Governamental Quinquenal (PQG 2020 – 2024) com objectivo de persuadir o governo a incluir um objectivo específico da nutrição no PQG 2020 – 2024. Nesta reunião, entre outros presentes, estiveram o Director Nacional de Estudos Económicos e Financeiros do Ministério da Economia e Finanças, O SETSAN e o MISAU – Departamento de Nutrição. Como resultado da reunião, a PSC SUN reporta que houve um entendimento claro das ações urgentes do PQG e também serviu para pressionar o SETSAN a desempenhar seu papel de coordenador da agenda de segurança alimentar e nutricional em Moçambique, e ter um papel mais proeminente no CONSAN.

Em 2020, a PSC-SUN reuniu com a presidente da Assembleia da República para a sua apresentação e advocacia para aprovação do programa Nacional de SAN na Carteira de programas ao abrigo do novo modelo de planeamento e orçamento desenvolvido pelo MEF, onde questões específicas abaixo foram levantadas: (I) Atribuição de uma "linha orçamental" específica no orçamento do Estado onde todos os sectores possam planear e orçamentar as suas acções sensíveis à nutrição; (II) Aprovação da política nacional de SAN desenvolvida sob a liderança do SETSAN; (III) Mais investimentos em nutrição; (IV) Actualização dos dados nutricionais por meio de uma pesquisa nacional. Previamente ao encontro foi enviada à Assembleia da República a carta do Secretário-geral da União Inter-Parlamentar S. Excia Martin Chungong dirigida a todos os parlamentares do mundo a apelar para abraçar a causa da nutrição.

Após a reunião com a presidente, foram feitas mais duas reuniões, uma com a comissão parlamentar do Plano e Orçamento e outra com a comissão do Género e Assuntos Sociais. Destes encontros, um dos resultados imediatos foi elaboração pela equipa técnica da PSC-SUN, de

um "Guião de acção parlamentar pela nutrição em Moçambique", a pedido da comissão de Género e Assuntos Sociais, e distribuído a todos os deputados da Assembleia da República e a todos os membros das Assembleias Provinciais e Municipais, em 2021 (figura 9). O Guião tem como objectivo apoiar os parlamentares como actores cruciais, através dos seus mandatos de representar o povo, a legislar e fiscalizar, para assegurar que a nutrição esteja na agenda política do país e que as leis, políticas e planos sejam adoptados, promulgados, financiados e aplicados para combater a desnutrição.



Figura 9: Momento de entrega do guião à Presidente da Assembleia da República

Não foi possível reunir presencialmente com o primeiro-ministro e outros actores relevantes à nutrição em 2020, devido as restrições impostas pelo COVID-19, contudo, foi enviada uma carta oficial de advocacia juntamente com o material de advocacia (caderno de notas, caneta, infoflash com informações relevantes, cordões, etc.), reforçando a mensagem da necessidade de mais investimento em nutrição e houve um encontro de cortesia com a S. Excia a Vice Ministra de Saúde, dra. Lídia Cardoso para apresentar a plataforma e advogar para que o sector da saúde tome o seu papel de segundo vice presidente do CONSAN para melhor consciencializar os membros deste órgão sobre a nutrição.

A PSC-SUN participa regularmente nas teleconferências lideradas pela Plataforma Global e pelo secretariado regional, onde são partilhadas experiências e lições sobre advocacia para nutrição.

Outros grandes momentos de advocacia da PSC-SUN foram na sua participação activa na preparação do país para as grandes cimeiras mundiais que tiveram lugar em 2021 nomeadamente a Cimeira Mundial de Sistemas Alimentares que teve lugar em Setembro em Roma e a Cimeira Mundial de Nutrição para o Crescimento (Nutrition for Growth 2021 summit) que teve lugar em Tóquio no mês de Dezembro.

4.3.4.2. Campanha de advocacia para maior sensibilização dos decisores sobre nutrição

Foi concebida e implementada, com apoio da ANIMA (uma empresa de marketing social), uma campanha de advocacia denominada "Geração Nutrição", que visava: (1) Criação de um espaço de diálogo/discussões, envolvendo todos os actores e tomadores de decisão (membros do PSC-SUN, indivíduos, parceiros e governo); e (2) Usar os resultados do diálogo para criar materiais de comunicação. Os materiais incluem: criação de uma página web (com resultados colectados no evento); Criação de publicações que relatam os debates ("A voz da Nutrição"), criação de vídeo-resumo e criação de conteúdo informativo para mídias sociais (Facebook, Instagram, YouTube e WhatsApp).

Durante o ano de 2019, foi concluída a fase (1); que consistiu em 4 debates televisivos (gravados), sobre o lema "Progresso para a Eliminação da desnutrição Crónica no País" (figura 10). Foram criados 4 temas para os debates, que refletem os pilares de segurança alimentar e nutricional: (i) Segurança alimentar e meios de vida; (ii) acesso a serviços de saúde, em particular para mulher, criança menor de 5 anos, população vulnerável, higiene e saneamento; (iii) Raparigas, retenção na escola, gravidez precoce, saúde sexual reprodutiva, nutrição no currículo escolar, alimentação escolar; (iv) Fortificação alimentar, mercados, desafios de infraestruturas (acessibilidade rodoviária).



Figura 10: Momentos do debate "Geração Nutrição"

Os debates tiveram como foco a reflexão sobre os progressos das acções para a eliminação da desnutrição crónica, fracassos, desafios e soluções. Estes contaram com a participação de representantes séniores dos ministérios signatários do PAMRDC e sectores relevantes para a sua implementação, SETSAN, membros da PSC-SUN e outras partes interessadas no tema de nutrição, e para cada tema foi convidado um especialista técnico. Foram gravados vídeos,

divulgados na página web da PSC SUN, jornal, redes Sociais e Youtube e transmitidos na TV (TIM-Televisão Independente de Moçambique), estrategicamente, durante os primeiros meses do novo ciclo governamental.

O início da 2ª fase da campanha foi considerado como o lançamento da campanha de advocacia, no qual foi feita uma conferência de imprensa com a presença massiva da imprensa, que resultou, só de 29 a 31 de Janeiro de 2020, na produção de 4 jornais online incluindo a LUSA, 11 jornais impressos nacionais e internacionais e 2 links das notícias televisivas na TVM e RTP.

Em todos encontros de assistência técnica às províncias e distritos, foram realizados encontros com os Governadores e/ou Secretários de Estado, na província, e com os Administradores, nos distritos.

Além dos encontros acima descritos, a equipe de coordenação central realizava um encontro técnico com os pontos focais dos sectores implementadores do PAMRDC, onde compartilhava informação sobre as realizações e constrangimento/preocupações das comunidades, incluindo propostas de soluções desses constrangimentos.

4.3.4.3. Engajamento dos mídias como advocantes da causa nutricional

Concurso de Pesquisa sobre Nutrição e Segurança Alimentar (2018)

Em 2018 a PSC-SUN em parceria com a Universidade Politécnica (A Politécnica) através da FUNDE (membro da PSC-SUN), lançou o "Concurso de Pesquisa sobre Nutrição e Segurança Alimentar-18", que envolveu alunos do ensino médio geral (Escola Secundária das Acácias) e ensino técnico (IMEP-Instituto Médio Politécnico). Neste concurso foram premiados os melhores trabalhos dos alunos, sendo que o objectivo era promover a nutrição e segurança alimentar, como contributo para a consciencialização e redução da desnutrição crónica.

A cerimónia de premiação dos/as vencedores/as, foi dirigida pelo Reitor da Universidade Politécnica, o Doutor Narciso Matos, onde foram premiados 3 trabalhos (tabela 9). Nesta cerimónia, a PSC-SUN também ofereceu à biblioteca central um conjunto de livros sobre diversas matérias à escolha das escolas abrangidas

Tabela 9: Alunos premiados na pesquisa sobre nutrição e segurança alimentar

Prémio	Pseudónimo (nome do/a aluno/a)	Escola
1º Lugar	Moranginho (Naomi Júlia Mascarenhas da Silva);	Escola Secundária das Acácias
2º Lugar	King (Ailton Alfredo Matavel)	Instituto Médio Politécnico
3º Lugar	Leopardo (Rui France Alfredo Muiambo)	Instituto Médio Politécnico

Prémio de Jornalismo

Foi lançado em Junho de 2018 o "Prémio de Jornalismo para Nutrição e Segurança Alimentar", o primeiro específico para esta temática no país, numa cerimónia realizada na sede do Sindicato Nacional de Jornalistas. Para o prémio 2019, primeira edição, concorreram 22 jornalistas de Maputo e das províncias, em diferentes categorias, nomeadamente Imprensa escrita (8 concorrentes), rádio (8), televisão (6).

O júri para o concurso "Prémio de Jornalismo para Nutrição e Segurança Alimentar" foi constituído por 7 membros, representando SETSAN, MISAU, ANSA e Sindicato de Jornalistas. e para cada categoria foram eleitos primeiro e segundo classificados (tabela 10).

Tabela 10: Vencedores da 1ª Edição do "Prémio de Jornalismo para Segurança Alimentar"

Categoria	Vencedores	Tema do Trabalho
TV	1º lugar - Cornélio Rosa	"O resgate do capital humano"
	2º lugar - Zito Tarieque	"Desnutrição crónica no Niassa"
Rádio	1º lugar - Nelson Mainato	"Disponibilidade de Alimentos versus Desnutrição crónica"
	2º lugar - Horácio Romão	"Demonstrações culinárias na redução dos casos da desnutrição na província de Inhambane"
Imprensa Escrita	1º lugar - Victor Machirica	"Tabus Perpetuam a pobreza em Tambara"
	2º lugar - Kátia Gumende	"Desnutrição Urbana"

A cerimónia de premiação foi realizada em Novembro de 2019, presidida por S. Excia Higino Marrule, Ministro da Agricultura e Segurança Alimentar junto ao Exmo. Senhor Ricardo Rossi, chefe da Unidade de Resiliência e Mudanças Climáticas, em representação da União Europeia, o Secretário Geral do SNJ, Dr. Eduardo Constantino e a Dra. Lourdes Fidalgo, Directora da ANSA, como coordenadora da PSC-SUN (figura 11).



Figura 11: Vencedores do prémio de jornalismo para nutrição e segurança alimentar 2018-2019 e presídio da Cerimónia

Para o prémio 2020, segunda edição do prémio de jornalismo, concorreram 21 jornalistas em diferentes categorias, nomeadamente Imprensa escrita (9 concorrentes), rádio (9), televisão (3). A cerimónia de premiação foi presidida pela Sra. Celmira da Silva, Secretária Executiva do SETSAN em representação de S.Excia. Celso Correia, Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural e também contou com os integrantes da primeira edição em representação da UE, SNJ e ANSA.

Estiveram também presentes na cerimónia de premiação, de Jornalismo para Nutrição e Segurança Alimentar, representantes da UE, Ministério da Saúde, SETSAN, SNJ, membros do PSC SUN e outras redes, parceiros, jornalistas e editores. Devido à limitação financeira, para cada categoria foi eleito apenas o primeiro classificado (tabela 11 e figura 12).

Tabela 11: Vencedores da 2ª Edição do "Prémio de Jornalismo para Segurança Alimentar"

Categoria	Vencedores	Tema do Trabalho
TV	Tómas Gimo (ICS de Manica)	"Contribuição do projecto que liga agricultura e nutrição à redução da desnutrição crónica nas províncias de Manica e Tete;
Rádio	Sumali Gilberto (Rádio Moçambique em Cabo Delgado)	"A participação dos setores e atores locais na implementação de ações de combate à desnutrição crónica e mudança de comportamento para melhorar os índices de nutrição em Cabo Delgado"
Imprensa Escrita	Victorino Ernesto Jornal Notícias (Inhambane)	"Inhambane adota ações contra a Desnutrição Crónica".



Figura 12: Vencedores/seus representantes do prémio de jornalismo para nutrição e segurança alimentar 2019-2020 e presidio da Cerimónia

Para o prémio 2021, terceira edição do prémio de jornalismo, concorreram 9 jornalistas nas 3 categorias de Imprensa escrita (3), rádio (2) e televisão (4). O corpo jurado foi composto pelos representantes do MISAU, ANSA, SNJ e do SETSAN. Foram premiados os melhores trabalhos nas categorias de Imprensa Escrita, e Rádio.

Diferente das edições anteriores, pela primeira vez um (1) órgão de informação concorreu ao prémio de melhor na divulgação dos conteúdos de nutrição e dada a qualidade do programa submetido ao concurso, o Júri deliberou atribuir o prémio (tabela 12).

Tabela 12: Vencedores da 3ª Edição do "Prémio de Jornalismo para Segurança

Categoria	Vencedores	Tema do Trabalho
Rádio	Daniel Faiela, (Rádio Moçambique em Inhambane)	"Até que ponto as práticas alimentares contribuem para a nutrição alimentar nas comunidades".
Imprensa Escrita	Raúl Senda (Semanário Savana, de Maputo)	"Insegurança Alimentar em Cabo Delgado: cerca de 350.000 crianças com o futuro incerto".
Órgão de informação	H2N de Maputo	Programa "Hortas comunitárias como possibilidade do combate a desnutrição crónica em Xinavane"

Em 2021, na categoria de Televisão não foi atribuído nenhum vencedor pela falta de coerência em relação ao objecto do concurso e fraco conteúdo técnico. No entanto, o júri deliberou atribuir uma menção honrosa à Berta Luís Muiambo, da TV Sucesso de Maputo, com o trabalho "COVID 19, fonte da precarização crónica de menores no país", pelo facto deste trabalho ter seguido os regulamentos técnicos definidos no regulamento.

A premiação para esta edição foi novamente presidida pela Secretária Executiva do SETSAN e para além do presídio habitual, com a Exma. Senhora Isabel Faria de Almeida, a Chefe de Cooperação da delegação da União Europeia em Moçambique.

O Prémio de Jornalismo permitiu que os jornalistas moçambicanos fizessem reportagens sobre a nutrição e segurança alimentar, em todas as províncias do país, facto que permitiu o aumento do conhecimento da "situação nutricional" do país e de cada província.

Os jornalistas deslocaram-se às comunidades rurais e entrevistaram responsáveis da agricultura e da saúde, extensionistas, autoridades tradicionais e membros das comunidades para conhecer os principais problemas e o nível de envolvimento destas na resolução de problemas resultantes da desnutrição. Segundo, o representante do sindicato de jornalistas, o prémio permitiu, que a PSC-SUN como as autoridades governamentais, a terem conhecimento do que ocorre nas comunidades.

As três Edições do Prémio de jornalismo tiveram muita aderência dos jornalistas. Para além das reportagens submetidas, realizou-se um encontro com os jornalistas de Manica a fim de sensibilizá-los sobre a temática de nutrição, o que permitiu realizarem as reportagens com conhecimento. De acordo com o representante do SNJ entrevistado, através do concurso, os órgãos de informação passaram a falar mais da Nutrição e da Segurança Alimentar.

Memorando com Associação de Basquetebol da Cidade de Maputo

Em 2018 a PSC SUN assinou um memorando entendimento com a Associação de Basquetebol da Cidade de Maputo para apoiar um campeonato de juniores denominado "Copa Nutrição" com alunos das escolas, envolvendo seis equipas femininas e nove equipas masculinas, da cidade de Maputo. Durante os jogos, material relacionado à nutrição foi discutido e exibido (figura 13).



Figura 13: Momentos da copa nutrição com material relacionado à nutrição exibido

Em 2021, a PSC-SUN voltou a realizar um outro evento com a ABCM desta vez para o escalão sénior de basketball da cidade de Maputo, denominado "Torneio Nutrição". Participaram neste torneio as principais equipas de Maputo em masculinos e femininos nomeadamente o Costa do Sol, Ferroviário, Desportivo, A Politécnica, Atlético de Maputo, Aeroporto, Matolinhas, Universidade Pedagógica e Maxaquene. Os spots publicitários da Copa Nutrição estiveram em destaque nos recintos desportivos onde decorreram as provas e a mesma teve grande visibilidade nas mídias, nomeadamente a TVM, STV e Lance Moz, jornais notícias e desafio, que tiveram o ensejo de transmitir os jogos das meias-finais e finais em directo (figura 14).



Figura 14: Momento do torneio/ nutrição de premiação do mesmo

A copa Nutrição foi acompanhada pela Secretaria de Estado do Desporto com testes rápidos através da plataforma da Covid-19, a todos os atletas que participaram na Copa Nutrição. Esteve também representada pelo director nacional do Desporto, o Sr. Francisco da Conceição que acompanhou a prova e foi o distinto actor na entrega das taças a nível dos seniores masculinos e femininos tendo ganho ambas as provas o Clube de Desportos do Costa do Sol. A prova decorreu de Janeiro a Junho de 2021.

Memorando com Liga Moçambicana de Futebol (LMF)

Em 2019 foi assinado um memorando de entendimento com a Liga Moçambicana de Futebol (LMF) para divulgação de material sobre nutrição durante o principal Campeonato Nacional de Futebol "Moçambola". Sob lema "Boa nutrição, o caminho para um campeão". Este memorando resultou na colocação de painéis publicitários em todos os campos do Moçambola, na Gala do Moçambola, Logotipo no Backdrop das entrevistas (flash interview), logotipo da instituição em todas as correspondências da Liga Moçambicana de Futebol (rodapé), no rodapé do Jornal Desportivo "Desafio", nas páginas dedicadas ao Moçambola. Na assinatura do Memorando de entendimento, foi convidada a comunicação social, para não só presenciar o acto, mas também a sua divulgação (figura 15).



Figura 15: Momento de assinatura de Memorando com Liga Nacional de Futebol (LMF)

Ainda relacionado a este memorando que foi renovado em 2021 a PSC-SUN elaborou um guião nutricional para o desportista, conhecido por "Guião de orientação nutricional para o desportista, em Moçambique", com foco para o futebol & basquetebol (figura 16). A PSC SUN imprimiu e entregou cópias do guião a LMF e a ABCM.



Figura 16: Capa do Guião de orientação nutricional para o desportista, em Moçambique

4.3.4.4. Desenvolvimento e Aplicação de um "Instrumento de Monitoria da Mídia"

Sob lema "Criando o observatório de Nutrição na mídia moçambicana", durante o primeiro ano de implementação do projecto, foi estabelecido um memorando de entendimento, entre a PSC SUN e a Escola de Comunicação e Artes (ECA) da Universidade Eduardo Mondlane para o desenvolvimento de um instrumento de monitoria da mídia na temática de nutrição em Moçambique e sua implementação. Três ciclos de monitoria foram realizados, concretamente para os anos 2019, 2020 e 2021. Os alvos monitorados foram Jornal Noticias, O país, Magazine, Savana, Domingo, Canal de Moçambique, Diário, e Dossier Factos; TVM, STV, Miramar, TV Sucesso e Radio Moçambique. De 2018 – 2021 foram produzidos 4 relatórios de cobertura, sendo 2018 uma retrospectiva baseada apenas nos jornais impressos.

Em 2021, os resultados mostraram que o número de artigos publicados relacionados com a temática nutrição aumentou de 62 em 2018, ano em que foi feita a primeira análise, para 678, em 2021. Apesar do aumento de matérias publicadas, na imprensa escrita, estas continuam, na sua maioria, a serem plasmadas sob forma de Notícia (e não reportagem que é o formato em que o jornalista tem mais espaço para detalhar a informação), publicada numa página ímpar, o que é bom, porque significa que a notícia é importante.

A monitoria da mídia permitiu ter uma visão da cobertura desta temática na mídia imprensa, radiofónica assim como televisiva, contudo, a ECA sente que a divulgação dos resultados da monitoria foi fraca.

Até 2020, foi possível alcançar a meta de um (1) indicador do resultado 3 (Frequência das questões relacionadas com a nutrição transmitidas em canais de comunicação social rádio, televisão, redes sociais). As metas dos restantes indicadores só foi possível alcançar com a extensão do projecto. Para um (1) indicador (número de reuniões anuais de PSC SUN com as comissões parlamentares em matéria de nutrição para aumentar a sensibilização para a importância de investir em nutrição e de programação política) foi possível alcançar em mais de 100% (Tabela 13).

Tabela 13: Progressos nos Indicadores do Resultado III

Indicadores do Resultado III do projecto	Linha de Base	Meta do Projecto	Resultado até Final de 2019	Resultado do até Final de 2020	Resultados Acumulados até Maio de 2022	% Progresso
Número de novas acções de advocacia dirigidas aos «principais intervenientes» (incluindo os deputados), desenvolvido pela PSC SUN.	0 (2017)	-	6	10	29	-
# de reuniões anuais de PSC SUN com as comissões parlamentares em matéria de nutrição para aumentar a sensibilização para a importância de investir em nutrição e de programação política.	3 ¹ (2016)	6	0 ²	3 ³	30	500%
Frequência das questões relacionadas com a nutrição transmitidas em canais de comunicação social (rádio, televisão, redes sociais).	0 (2017)	1 por ano	1	2	3	100%
Número de reuniões específicas/entrevistas (contacto direto com jornalistas proeminentes).	0 (2017)	3	1	2	3	100%

- 1 Comissão de planificação e orçamento, Comissão Para Assuntos Sociais e Género, Comissão Para Economia e Ambiente
- 2 Eles foram convidados a fazer parte do painel dos 4 Debates, mas por questões de agenda não participaram.
- 3 Presidente do Parlamento, e comissões de Plano e Orçamento, e de Assuntos Sociais, Género, Tecnologias e Media (resultou na produção de um guia para os parlamentares).

4.3.5. Atividades relacionadas à pandemia da Covid 19

A pandemia da COVID 19 surpreendeu o mundo e teve impactos adversos na vida, particularmente dos mais vulneráveis. A segurança alimentar e nutricional foi completamente fragilizada e os esforços e ganhos neste sentido foram reduzidos. Estas actividades não foram planificadas no projecto no entanto, a PSC-SUN se reinventou e não ficou alheia ao movimento de prevenção e combate à Covid 19 e usou o momento para advogar para que a nutrição não fosse esquecida, pois, esta é base para o desenvolvimento social e económico.

No âmbito de medidas de prevenção contra Covid-19, a PSC SUN reproduziu material de educação e comunicação da informação produzidos pelo MISAU (incluindo sobre o aleitamento materno no contexto da Covid-19), e distribuiu em 2020 à todos membros da plataforma, tanto a nível central, provincial como distrital e alguns membros da PSC SUN utilizaram nas sessões de conscientização nas comunidades onde trabalham e para exposição em locais públicos (figura 17). Este material, também foi distribuído aos sectores do governo a nível provincial que não possuíam nenhum material.



Figura 17: Material de educação e comunicação sobre COVID-19 produzido pelo MISAU e reproduzido pela PSC SUN

Os pontos focais da PSC-SUN a nível provincial e central participaram nos grupos de coordenação multissetoriais criados sobre a COVID 19 e a Unidade de Coordenação participou em debates e desenvolvimento de estratégias do movimento SUN face à pandemia via virtual. Além desta participação, também, forneceu apoio técnico às províncias para realizar reuniões virtuais, embora tenha havido um grande desafio devido ao acesso precário e à má qualidade da rede de Internet para muitas das organizações membros.

4.4. Impactos (Efeitos do projecto)

4.4.1. Sucessos do Projecto

- ✓ Aumentado conhecimento e capacidade das organizações da sociedade civil para advogar para a melhoria da nutrição;
- ✓ Aumento de conhecimento da situação da desnutrição a nível do Governo, sociedade civil e outros actores relevantes para a nutrição; Aumento dos debates em torno da problemática de desnutrição nos fóruns políticos, sociedade civil, Mídias e escolas;
- ✓ Melhoria da consciência da transversalidade da nutrição por parte do governo, membros das plataformas, parceiros e outros actores relevantes a nutrição; Os encontros com os sete (7) sectores chaves no PAMRDC aos níveis dos ministérios, governos provinciais;
- ✓ Notou-se um despertar das assembleias provinciais e distritais sobre desnutrição e maior inclusão do tema nas discussões/encontros (ex: a realização de palestras sobre nutrição na 4a sessão ordinária da Assembleia provincial de Manica foram acções determinantes) e a solicitação de maior parte das assembleias provinciais para a realização de uma formação sobre conceitos básicos de nutrição para o melhor uso do guião de acção parlamentar;
- ✓ Estabelecimento de mecanismos de comunicação com os sectores chaves do PAMRDC, à todos os níveis, nomeadamente, do Governo central, provincial e em alguns distritos;
 - Aprovação pela assembleia provincial de Nampula e municipais para a participação da PSC SUN no processo de planificação do governo, em Abril de 2022, faltando apenas a assinatura do memorando;
 - Participação da plataforma SC-SUN Zambézia na planificação multisectorial de acções de nutrição, a convite do SETSAN, no ano em curso (2022). Aumento da oportunidade de participação no balanço e planificação conjunta trimestral;
- ✓ Maior envolvimento e cometimento do governo central, provincial e distrital em acções de combate a desnutrição;
 - Inclusão da nutrição nos relatórios anuais do conselho de ministros;
 - A redução da desnutrição crónica continua sendo uma prioridade do governo expressa no PQG 2020-2024;
 - Alocação de 10% do orçamento do estado para a redução da insegurança alimentar e nutricional pelo Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural;

- A proposta de carteira de programas de desenvolvimento nacional inclui a SAN como um programa nacional;
 - Inclusão da nutrição no observatório Provincial do Desenvolvimento Integrado (OPDI) e conselhos consultivos dos distritos e comunidades, província de Gaza;
 - Maior inclusão de conteúdo de nutrição nos documentos, discursos e planos do governo;
 - Maior menção dos indicadores de desnutrição crónica nos relatórios do Governo;
 - Aumento do nível de audiência de nutrição. Há mais preocupação e comprometimento em outros sectores do governo antes não integrados, exemplo a, Direção provincial de justiça de Manica;
 - Direções provinciais que fazem parte do PAMRDC criaram subsectores de segurança alimentar e nutricional. Cada sector tem um ponto focal para nutrição (GT-PAMRDC);
 - Os governos provinciais passaram a incluir no seu ponto de agenda a actualização sobre a situação nutricional (Exemplo: A governadora de Manica tem solicitado a Saúde para apresentar a situação de nutrição anualmente);
 - Aprovação do estabelecimento do COPSAN em Inhambane (2022).
- ✓ As acções de monitoria promovidas pelo projecto mostraram elevar o poder de advocacia baseadas em evidência pela sociedade civil. Estas incluem a monitoria comunitária independente, análise de políticas públicas e orçamento de acções relevantes ao PAMRDC; Evidências mostram que em alguns distritos as acções de monitoria comunitária independente realizadas pela PSC SUN contribuíram para o levantamento de problemas, e advocacia junto das entidades públicas relevantes, as quais tomaram as devidas acções corretivas. Por exemplo: Melhorado o abastecimento de água, através da abertura de furos de água nos distritos de Changara, cidade de Nampula;
 - ✓ MCI Permitiu que as opiniões das comunidades, líderes locais e religiosos, mães, fossem enquadradas na tomada de decisão;
 - ✓ A PSC SUN apoiou a Criação da plataforma "jovens líderes para a nutrição" coordenada pelo movimento pela cidadania;
 - ✓ A PSC SUN tem assento no Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (COSAN) e no Conselho Provincial de Segurança Alimentar e Nutricional de Nampula e está assegurado que assim será em outras províncias;

4.4.1.1. Factores determinantes para o sucesso

A seguir estão os principais factores determinantes para o sucesso alcançado pela PSC SUN:

- ✓ O consenso de que o nível de desnutrição crónica no país é um problema que merece atenção pelos diferentes actores incluindo, políticos, académicos, organizações da sociedade civil, mídias, líderes religiosos e tradicionais, outros actores sociais e a sociedade em geral;
- ✓ A coordenação que é feita pela ANSA, uma organização nacional com nível elevado de conhecimento técnico na matéria de nutrição e segurança alimentar;
- ✓ Reconhecimento da PSC SUN pelo governo, abertura e colaboração. São disso evidências:
 - A partilha dos planos do Governo com a SC nas províncias de Gaza e Zambézia, permitindo a monitoria e advocacia dos mesmos;
 - Inclusão das plataformas de Zambézia e Nampula no processo de planificação do Governo (observatório de desenvolvimento e encontros trimestrais de balanço);
- ✓ Altos níveis de aderência e participação activa de organizações a PSC SUN aos diferentes níveis; Motivação dos membros/vontade/resiliência dos membros e associados;
- ✓ Coordenação e assistência técnica da PSC-SUN central às plataformas provinciais e distritais:
 - Coordenação e comunicação efectiva entre equipa de coordenação da PSC SUN central e provinciais;
 - Produção, disseminação e seguimento do plano de acção da plataforma;
 - Capacitações das plataformas em matérias de advocacia e ferramentas de monitoria;
 - Capacidade técnica a nível da liderança das OSC, membros da rede provincial e distrital.
- ✓ O fundo do doador permitiu realizar formações dos membros da plataforma, disponibilidade de recursos para realização dos encontros trimestrais de coordenação (províncias) e semestral (distritos), e deslocações para os referidos encontros;
- ✓ Poder interventivo da plataforma e alinhamento/enquadramento dos programas individuais de algumas associações/organizações membros:
 - Realização de encontros regulares de planificação, e balanço sobre as actividades planificadas;

- Sensibilização/advocacia sobre nutrição junto ao Governo;
- Importância do tema desnutrição crónica;
- Partilha de relatórios anuais de actividades e prestação de contas;
- Disseminação da matéria de desnutrição crónica na rádio e televisão.

4.4.2. Desafios da PSC SUN nas Acções de Monitoria e Advocacia

- ✓ Restrições impostas pela Covid 19, limitaram a realização de reuniões nos últimos dois anos;
- ✓ Devido aos ciclones alguns membros tiveram de desviar a sua atenção e foco da nutrição para a emergência;
- ✓ Mudanças frequentes de pessoas de contacto nos sectores chaves do Governo (Ex. em Cabo Delgado o Secretário de Estado e o Director dos Serviços Provinciais de Actividades Económicas (SPAEC), foram transferidos para ADIN, o que foi um passo atrás para a plataforma pois já havia uma relação de parceria e coordenação);
- ✓ Insuficiente nível de conhecimento e/ou consciencialização sobre PAMRDC por parte de alguns membros do governo e algumas organizações; Em parte, isto se deve as mudanças nos titulares de pastas ao nível da estrutura governativa; Alguns líderes políticos ainda demonstram baixo domínio sobre o conceito "nutrição".
- ✓ Disponibilidade de tempo limitado, condicionada a outras prioridades internas das organizações, por parte de alguns membros da plataforma para realizar actividades da plataforma, principalmente de organizações internacionais dada intensidade das suas actividades, incluindo alta mobilidade do seu pessoal;
- ✓ Alguns membros das plataformas distritais demonstram ter insuficiente capacidade técnica e analítico-critica necessária para lidar com interpretação de instrumentos legais, de planificação e orçamentos públicos;
- ✓ A monitoria comunitária independente foi um exercício que mostrou-se bastante importante para uma advocacia baseada em evidências, contudo, constatou que as plataformas distritais continuarão a precisar de suporte técnico por parte da equipe de coordenação da PSC Central para a análise, interpretação e discussão técnica dos resultados com os líderes políticos;
- ✓ Alguns pontos focais são bons tecnicamente, mas fracos em fazer lobbies com o Governo, e outros tomadores de decisão relevantes à nutrição e outros são fortes apenas em fazer lobbies;
- ✓ Reduzida motivação por parte de alguns membros, por não verem as suas expectativas satisfeitas (motivação financeira), sobretudo algumas organizações locais que não tem fundos próprios para implementar acções, e membros do secretariado/coordenação;

- ✓ Fraca colaboração no secretariado por parte de algumas organizações membros, por exemplo, na plataforma de Manica, três (3) membros do secretariado (Organizações) deixaram de fazer parte sem justificação/satisfação e ficou apenas uma (1) organização;
- ✓ A equipe do secretariado de algumas plataformas era composta por técnicos de ONGs com contratos de trabalho a termo certo e quando o seu contrato terminou as organizações também deixaram de participar, ficando um vazio na plataforma/secretariado (exemplo: província de Manica);
- ✓ A participação nos encontros técnicos da PSC-SUN Zambézia, de técnicos do Governo em representação das suas Direções e das organizações membro sem poderes de decisão;
- ✓ Limitados fundos nas plataformas provinciais e distritais para a realização de algumas actividades de iniciativa local;
- ✓ Sobrecarga de alguns membros de secretariados, resultante da desistência ou fraca participação de outros membros do secretariado e não substituídos até então (exemplo, em Manica);
- ✓ Barreiras políticas, vulnerabilidade por conotações políticas e exclusão. Existe a percepção por parte de alguns membros do governo que as organizações da sociedade civil são seus "opositores";
- ✓ Rotação de diferentes técnicos das organizações membros da plataforma nos encontros realizados obrigando a "repetitividade" dos temas e assuntos debatidos;
- ✓ Limitada disponibilidade de informação actualizada sobre as taxas de desnutrição, desagregada por distritos;
- ✓ Há relatos de casos em que alguns pontos focais nas instituições do Governo, membros do grupo técnico para a nutrição, que recebem os relatórios das plataformas e não leem e nem fazem chegar a informação aos Directores, que são alvos da advocacia (exemplo: na província de Nampula);
- ✓ Processo de descentralização em curso passa por fases em que não se sabe ao certo com quem lidar para cada assunto, principalmente entre a secretaria do estado e o executivo (Serviços provinciais versus Direcções provinciais).

4.5. Sustentabilidade das Plataformas

A PSC SUN dotou os seus membros (actores da sociedade civil) de capacidades/habilidades para advogar pela redução da desnutrição crónica e monitorar as acções de nutrição no país, que constam no PAMRDC, de forma consciente e organizada e criou um ambiente de voluntarismo por parte dos membros da plataforma. Foram ainda criados mecanismos de diálogo e comunicação activa entre a SC, Governo e outros actores relevantes a nutrição o que contribuiu significativamente para que a plataforma ganhasse voz e reconhecimento dos diferentes actores relevantes a nutrição no país.

Em geral, os membros da plataforma afirmam que, sentem-se motivados a dar continuidade as acções de advocacia, após o término do projecto, no entanto, enfrentam um grande desafio de falta de recursos para financiar as suas actividades. O que faz com que não se sintam ainda preparados para caminhar sozinhos.

5. RECOMENDAÇÕES

Recomendações Sobre Coordenação e Gestão do Projecto

- ✓ As organizações membros da plataforma devem indicar um ponto focal para representar as suas instituições em todos encontros da plataforma, havendo substituição em casos de extrema necessidade/indisponibilidade do ponto focal;
- ✓ Eleger/indicar novos/outros membros para preencher as vagas do secretariado/coordenação deixadas pelos membros desistentes em certas plataformas provinciais;
- ✓ Introduzir um mecanismo regular de monitoria, à semelhança dos encontros de um dia com plataformas provinciais feito no âmbito da avaliação de fim do projecto, para partilha de opiniões/constatações/feedback entre os membros da plataforma sobre o progresso das actividades, constrangimentos e soluções bem como partilha de informações sobre oportunidades, experiências e boas práticas;
- ✓ Esclarecer ainda aos membros, sobre os objectivos da criação das plataformas; Persiste a expectativa de receber fundos para implementar acções de educação nutricional, principalmente pelas organizações pequenas, as OCBs e algumas associações provinciais. Em parte, esta preocupação torna-se relevante na medida em que a viabilidade das Plataformas está indirectamente dependente da existência das organizações membros;
- ✓ Sensibilizar as ONGS membros das plataformas para manter pelo menos duas pessoas envolvidas nas actividades da plataforma para assegurar que tenham alternativas de representação e participação activa em casos de ausência ou mudança de um dos representantes das organizações na plataforma;
- ✓ A coordenação central deve actualizar, regularmente, a base de dados dos membros das plataformas provinciais e distritais e outros parceiros relevantes à nutrição.

Recomendações Sobre Capacitação

- ✓ Realizar mais formações contínuas sobre monitoria e advocacia nos distritos e províncias;
- ✓ Promover trocas de experiência entre províncias e distritos de diferentes províncias;
- ✓ Capacitação dos Mídias aos diferentes níveis;
- ✓ Capacitar a assembleia Nacional, provincial e municipal sobre matérias de nutrição, interpretação do PAMRDC;
- ✓ Capacitar os membros da rede em matéria de liderança. Agora existe uma unidade que consegue juntar as organizações, se deixar de existir esta unidade coordenadora pode haver a desintegração e colocar em causa as actividades já iniciadas;
- ✓ Organizar Workshops conjuntos com outras redes, como por ex., rede de advocacia legal, engenharia alimentar, rede de negócios (SUN Business Network), etc., de modo a engaja-los na causa da redução de desnutrição crónica;
- ✓ Mapear províncias com dificuldades para fazer lobbies e capacita-los para que tenham boa relação com o Governo e outros parceiros relevantes para a nutrição;
- ✓ Capacitar as organizações membros/parceiras da plataforma em mobilização, planificação e gestão de financiamentos.

Recomendações Sobre Acções de Monitoria e Advocacia

- ✓ Realizar a MCI em todas as províncias; pelo menos em um distrito por província e continuar a monitoria nos distritos em que já se iniciou; Usar as experiências e lições aprendidas da realização de Monitoria Comunitária Independente para capacitar e introduzir esta actividade em todas plataformas provinciais; Dependendo da capacidade técnica das organizações membros em cada província, a equipe de coordenação deverá ter em conta a necessidade de apoio técnico na análise de dados, geração de relatórios e assistência na disseminação e diálogo;
- ✓ A disseminação das estratégias para implementação de políticas públicas no âmbito da Nutrição, ao nível das assembleias Municipais, provinciais e nacionais dever ser assegurado como prioridade a todos níveis de descentralização como forma de ter intervenções alinhadas;
- ✓ Continuar com a participação na realização de análises e debate sobre alocação orçamental, para acções preconizadas para a nutrição;
- ✓ Sincronizar as actividades com o novo ciclo de governação, e participar activamente

no diálogo sobre os manifestos eleitorais, PQG, PES, Implementação da ESAN III, participação no CONSAN, COPSANs;

- ✓ Apoiar o Governo no processo de elaboração dos planos anuais de implementação da ESAN III;
- ✓ Identificar as acções de advocacia com a Comissão do Plano e Orçamento da Assembleia da República e Ministério das Finanças para maior compromisso na alocação orçamental para a nutrição pelo orçamento do estado;
- ✓ Explorar outros meios de comunicação, como redes sociais, para disseminar as informações sobre a desnutrição e actividades da plataforma;
- ✓ Realizar mais concursos de jornalismo e aumentar o número de candidatos, com premiação até ao terceiro lugar; se possível realizar concursos específicos para Mídias nacionais e provinciais;
- ✓ Amplificar as parcerias desportivas (Basquetebol e futebol) para outras áreas geográficas (outras províncias, e se possível, também distritos);
- ✓ Sensibilizar membros do Governo e parlamentares, e apoiar em material, para que possam falar mais sobre a nutrição nos seus discursos/intervenções;
- ✓ Envolver mais as OCB's, actores políticos e outros actores influentes como AMETRAMO, associações académicas, grupos culturais, agentes económicos, líderes religiosos, líderes locais e redatores desportivos de níveis provinciais, distrital e postos administrativos;
- ✓ Trabalhar mais com os tomadores de decisão de nível distrital e provincial como Assembleias provinciais e Municipais e conselho executivo no fortalecimento de capacidades para a planificação e orçamentação e monitoria de execução;
- ✓ Identificar e sensibilizar outras figuras influentes para que sejam agentes de lobby e advocacia;
- ✓ No exercício de funções de coordenação, secretariado ou outra forma de representação da plataforma, os membros desta devem manter uma postura neutra em relação à preferência ou simpatia partidária para evitar conotações políticas;
- ✓ Devido a mudança de titulares em determinadas posições nos sectores do Governo, sobretudo dos serviços provinciais de representação de estado, alguns governantes têm pouca informação/pouco conhecimento sobre plataforma. A plataforma deve se manter atualizada sobre as mudanças em curso, tanto no âmbito de descentralização como as mudanças pontuais de titulares de cargos de liderança política, identificar os novos titulares e estabelecer comunicação para sensibilizá-los. Verificou-se que em algumas direções provinciais tem novos pontos focais para nutrição, os quais não tinham interagido com a plataforma até a data da avaliação; Recomenda-se que as plataformas mantenham informação organizada sobre a apresentação da plataforma,

seus planos e relatórios, que partilhem com maior regularidade. Em casos pontuais, os pontos focais deviam marcar encontros de cortesia para se apresentar e reestabelecer a comunicação com os novos dirigentes (este é o caso do secretário de estado de Gaza, Ponto focal do SETSAN em Nampula);

- ✓ Apoiar o Governo no mapeamento (Onde estão? Quem são? O que fazem? Quem são seus beneficiários) dos diversos actores relevantes a nutrição existentes no país;
- ✓ Cada plataforma provincial deve se adaptar ao contexto local, ajustar estratégias para estabelecer mecanismos de diálogo;
 - Por exemplo em Gaza os membros da plataforma falam directamente com os líderes do nível mais elevado, em particular com a governadora, directores provinciais, contudo precisa de melhorar a interação com a secretaria do estado.
 - Em Manica, o governo provincial demonstrou que prefere lidar-se com o fórum provincial FOCAMA, no qual devem estar representados todos interesses da sociedade civil. Neste caso, a PSC SUN deve fazer esforço para fazer parte do grupo temático da nutrição e usar este canal para alcançar o governo.
 - Em Nampula, a plataforma se identificou como rede da Sociedade Civil para Nutrição, para evitar que se confunda a identidade com a existente plataforma provincial da sociedade civil. A Rede da Sociedade Civil Nutrição, tem interagido com pontos focais, mas aparentemente com pouca expressão ao nível do topo. Em alguns casos, com a mudança das pessoas de contacto a comunicação fica enfraquecida. O novo ponto focal do SETSAN mostrou carecer de informações sobre a plataforma e o ponto focal da Rede de nutrição por sua vez alega pouca atenção do ponto focal. Isto indica haver necessidade de aproximação e restabelecimento da comunicação;
 - Em caso de extensão do projecto, a plataforma pode incluir na sua intervenção a monitoria do Código de Comercialização dos Substitutos do Materno e a Lei de Promoção e proteção dos Direitos da Criança;
 - A Plataforma deve estar preparada para posicionamentos pontuais concertados em caso de surgimento de algum assunto ligado à nutrição no país

Recomendações Sobre Sustentabilidade das Plataformas

- ✓ Mobilizar mais recursos para implementação de actividades específicas das plataformas provinciais e distritais e descentralizar a gestão de fundos para estes níveis (provincial, distrital e Central); Por exemplo criar fundos de maneio;
- ✓ Identificar e criar parcerias com possíveis interessados em financiar as acções da plataforma;
- ✓ Incorporar acções de monitoria e advocacia para redução da DC nas estratégias e programas e projectos das organizações;
- ✓ Desenhar o plano ou estratégia de sustentabilidade ou de saída, disseminar e implementar;
- ✓ Capacitar os membros das plataformas em mobilização de recursos, para que estes atraíam financiamentos próprios para actividades de monitoria, advocacia e demais actividades relevantes a nutrição; Cada organização membro, deveria incluir sistematicamente acções de monitoria e advocacia nas estratégias organizacionais, programas e projectos regulares;

6. Anexos

Anexo 6.1. Entrevistas aos Membros de Equipa de Gestão do Projecto

Resultado 1.

Redes da SC estabelecidas e funcionais

1. Quais foram as etapas de estabelecimento das plataformas provinciais e distritais?
2. Quais são as formações/capacitações dadas aos membros da plataforma (Número de secções e número de participantes)?
3. Terá sido desenvolvido o plano estratégico para guiar a plataforma SC SUN?
4. Como foi disseminado o plano aos membros da plataforma?
5. De que forma cada membro utiliza o plano estratégico? Como é que a equipe central de coordenação fez acompanhamento para garantir a implementação eficaz do plano?
6. Quantas plataformas provinciais e distritais foram criadas?
7. Quais são as organizações/instituições membros da plataforma SUN-SC?

Resultado 2.

Instrumentos de diálogo mais eficaz entre os cidadãos e o governo

1. Como é que os resultados dos exercícios de monitoria foram partilhados e com quem? Com que periodicidade são partilhados os resultados?
2. Foi realizada a análise de alocação de orçamento do estado para acções de nutrição? De que forma?
3. Como foram usados os resultados da monitoria local de satisfação da comunidade e análise de alocação de recursos para acções de nutrição no âmbito de PAMRDC?
4. Qual tem sido a contribuição da PSC-SUN nos relatórios de monitoria sobre o PAMRDC, apresentado ao conselho de ministros?
5. Quais acções de advocacia foram levadas a cabo e a quem se dirigiram?
6. Que compromissos/comprometimentos foram alcançados conducentes à melhoria nas despesas de programas de nutrição?

Resultado 3.

Consciencialização sobre as políticas e serviços de nutrição

1. Que acções foram realizadas para aumentar a consciência pública sobre desnutrição crónica?
2. Tem partilhado os resultados da análise do orçamento do estado para as intervenções de nutrição com os parlamentares, assembleias provinciais e outros intervenientes relevantes para acções de advocacia e de consciencialização?
3. Que acções foram levadas a cabo com os Mídias aos níveis nacional e provincial?
4. Que instrumento de monitoria das Mídias foi desenvolvido? Que universidades/instituições colaboraram no desenvolvimento e utilização deste instrumento?
5. Qual foi a utilidade da monitoria dos Mídias, realizadas no âmbito do projecto?
6. Que tipo de recomendações foram produzidas e a que intervenientes, na área de nutrição, foram dirigidas essas recomendações?
7. Quais Mídias foram contactados e de que forma?
8. Quais eventos foram realizados com cobertura de Mídias?
9. De que forma a plataforma SUN-SC tem se engajado com os Mídias, a nível nacional, provincial e distrital a fim de alia-los como defensores da causa nutricional?
10. As organizações membros das plataformas SC-SUN, receberam formação sobre como envolver e trabalhar com órgãos de comunicação social para impulsionar a advocacia e advogar para a capacitação aos profissionais desta área em matéria de nutrição?
11. A plataforma SC-SUN, organizou debates televisivos/rádio sobre nutrição? Quem foram os especialistas envolvidos em cada tema? Que Canais radiofónico e ou televisivos foram usados?
12. Que campanhas a plataforma SUN-SC tem desenvolvido para aumentar a consciência pública sobre a desnutrição crónica. Em que consistem essas campanhas? Quem costuma estar envolvido?

Sucessos, fracassos, factores determinantes e sustentabilidade

1. Quais os principais sucessos alcançados no que diz respeito a capacidade da SC em levar a cabo acções de advocacia e monitoria de SAN?
2. Quais são os factores que terão determinado o sucesso?
3. Quais os principais fracassos do projecto?
4. Que factores terão contribuído para os fracassos?
5. Será que algum aspecto do desenho do projecto (abordagem, estratégia, actividades) devia ser revisto para que a intervenção se adegue ainda mais a realidade? Explique quais?
6. O que se pode fazer melhor/diferente para assegurar que os resultados e benefícios do projecto durem além do término do financiamento da UE?
7. De que formas as plataformas continuarão engajadas com as questões de governação nutricional para além da duração do projecto?
8. Qual foi a abordagem de comunicação adoptada pelas plataformas face a descentralização e desconcentração do poder do estado, incluindo a figura do secretário de estado?

9. O que as plataformas SC-SUN têm feito para continuar a trabalhar com os líderes já sensibilizados, mas que perderam o seu cargo devido ao fim do mandato enquanto se trabalha com os novos membros do governo?
10. Com quem a Plataforma SUN-SC aliou-se na implementação do projeto (Doadores, instituições privadas, parceiros, etc.)?
11. Foi estabelecido um oficial de monitoria e advocacia dedicado as actividades da Plataforma SC-SUN, a nível das províncias? Se não, porquê?
12. Tem sido promovidas trocas de experiência entre as plataformas SC-SUN provinciais e distritais? Se não, porquê?
13. As actividades realizadas pelo IMD resultaram na Integração das questões ligadas nutrição nos manifestos políticos e discursos públicos dos partidos políticos? De que forma? Que factores foram determinantes para esta inclusão?
14. Quais são os instrumentos e documentos que foram produzidos pelo Governo relacionado com questões de nutrição durante a vigência do projecto e qual foi o papel/ contribuição que a Plataforma SC-SUN teve?
15. Como compara o nível de inclusão e priorização da nutrição nos planos/programas do Governo antes do projecto e depois?
16. Que acções ligadas a nutrição, identificadas na monitoria, a PSC SUN tem influência? De que forma?
17. Em que medida a inclusão da nutrição em programas ou planos estratégicos do Governo, identificados no âmbito da monitoria pode ser atribuída à intervenção da plataforma SC-SUN?
18. Como é que as restrições, no âmbito da prevenção e contenção da COVID-19, afectaram o decurso das actividades e as metas do projecto? De que forma a plataforma SC-SUN adaptou-se?

Anexo 6.2. Guião Para Entrevistas aos pontos focais da Plataforma

Resultado 1.

Redes da sociedade civil eficazes, inclusivas e produtivas, estabelecidas e funcionais em cada província

1. Existe uma plataforma da SC SUN na sua província? Quem coordena as actividades?
2. Existem plataformas da SC SUN nos distritos da sua província? Em que distritos? Quem coordena as actividades?
3. Quais foram os processos seguidos para identificação, mobilização e estabelecimento das plataformas provinciais e distritais?
4. A plataforma da SC SUN nesta província já desenvolveu o plano de trabalho baseado nos contextos locais e afiliação de membros?
5. A UC da PSC-SUN apoiou as plataformas provinciais e distritais no desenvolvimento dos seus planos de trabalho baseados no contexto local e nos membros afiliados? De que forma?
6. Esteve envolvido no desenvolvimento de uma estratégia de angariação de fundos para uma maior sustentabilidade das actividades da plataforma SUN-SC?
7. Que tipo de capacitação e apoio técnico as plataformas provinciais e distritais receberam? De que forma?
8. Tem sido promovida troca de experiência entre as plataformas SC-SUN provinciais e distritais?
9. O que tem sido feito para aumentar a visibilidade das plataformas provinciais e distritais?
10. A Plataforma SC-SUN tem convidado e envolvido estrategicamente os doadores e outros actores relevantes nos seus eventos de forma a aumentar a visibilidade de acções de todas partes? De que forma?
11. O que tem sido feito para que as plataformas SC-SUN e todas organizações e redes da sociedade civil, se comuniquem mais e criem sinergias para ter melhores resultados com os escassos recursos e capacidades desenvolvidas até então?
12. Teve acesso aos planos e orçamentos sectoriais, desagregados por província e distrito para permitir a monitoria da execução das actividades aos diferentes níveis? Explique.

Resultado 2.

Desenvolvidos e utilizados novos instrumentos para um diálogo mais eficaz entre os cidadãos e o governo

1. Terá sido criada a ferramenta de monitoria de satisfação da comunidade em relação aos serviços de nutrição prestados e projectados no PAMRDC?
2. As plataformas SC-SUN provinciais e distritais foram envolvidas na elaboração dos instrumentos de monitoria de satisfação comunitária?
3. Acha que o instrumento criado adequa-se à realidade local e que contém ferramentas

para medir a satisfação da comunidade em relação a proteção social, educação, saúde e nutrição?

4. Foram Treinados técnicos das organizações membros da plataforma para colher dados, analisar e reportar regularmente?
5. Com que frequência é colhida a informação sobre a satisfação da comunidade?
6. Foram realizadas reuniões entre membros da plataforma, provedores de serviços e autoridades locais para apresentar resultados da monitoria?
7. Foi realizada a monitoria comunitária independente na sua província? Em que distritos?
8. Como usaram os resultados da monitoria comunitária independente?
9. De que forma os provedores de serviços, as autoridades locais e membros da comunidade foram envolvidos (Caso tenham sido envolvidos) na elaboração de recomendações para as plataformas SC-SUN com vista a melhorar a qualidade e eficiência dos serviços de nutrição, a nível comunitário?
10. Foram realizadas reuniões anuais para discutir resultados entre stakeholders do governo e não-governamentais?
11. Quais acções de advocacia foram levadas a cabo e a quem se dirigiram?

Resultado 3.

Aumentada a consciência pública sobre as políticas e serviços de nutrição.

1. Quais acções foram levadas a cabo no âmbito da campanha para aumentar a consciência pública sobre desnutrição crónica?
2. Tem partilhado os resultados da análise do orçamento do estado para as intervenções de nutrição com os parlamentares, assembleias províncias e outros intervenientes relevantes para acções de advocacia e de consciencialização?
3. Que acções foram levadas a cabo com os média aos níveis nacional e provincial para que estes se tornassem agentes de advocacia para a causa da nutrição?
4. Quais eventos foram realizados com cobertura de mídias?
5. Em que media as acções levadas a cabo terão contribuído para melhorar a cobertura de assuntos/eventos/notícias sobre nutrição nos Mídias nacional e local?
6. De que forma a plataforma SC SUN tem se engajado com os Mídias, a nível nacional, provincial e distrital a fim de alia-los como defensores da causa nutricional?
7. As plataformas provinciais e distritais receberam formação sobre como envolver e trabalhar com órgãos de comunicação social para impulsionar a advocacia e advogar para a capacitação dos profissionais desta área em matéria de nutrição?
8. As informações e acções de advocacia foram partilhadas com os parlamentos nacionais e provinciais? Se sim, de que forma? Geraram os resultados esperados?
9. Que campanhas a plataforma SC SUN tem desenvolvido para aumentar a consciência pública sobre a desnutrição crónica. Em que consistem essas campanhas? Quem costuma estar envolvido?

Outras questões

1. Com quem a Plataforma SC SUN aliou-se na implementação do projecto (Doadores, instituições privadas, parceiros, etc.)?
2. Até que ponto o projecto apoiou/complementou outras intervenções, governos e intervenientes chaves na redução da desnutrição crónica?
3. Até que ponto as actividades contribuíram para maior eficácia das acções de advocacia e monitoria de SAN levadas a cabo pela SC?
4. As actividades do projecto foram realizadas no tempo estabelecido? Se não porquê?

Anexo 6.3.

Guião Para Entrevistas aos GT-PAMRDC provinciais e pontos focais do SETSAN e outros membros do Governo

1. Tem conhecimento da existência do Plano de Acção Multisectorial para a Redução da Desnutrição Crónica? De que forma está sendo implementado?
2. De que forma usam o Plano de Acção Multisectorial para a Redução da Desnutrição Crónica, ou este mudou a planificação (priorização), implementação, monitoria e relatórios da sua direcção?
3. Tem conhecimento da existência da Plataforma da Sociedade Civil- Scaling Up Nutrition?
4. Quais são as acções da Plataforma da Sociedade Civil- Scaling Up Nutrition de que tem conhecimento/acompanhado?
5. Qual é o contributo das acções da PS-SUN na planificação, implementação e monitoria efectiva do PAMRDC?
6. Quais as formas de interacção que a Direcção tem com a Plataforma da Sociedade Civil- Scaling Up Nutrition?
7. Acha que a Plataforma da Sociedade Civil- Scaling Up Nutrition está alcançar a audiência certa para promover maior inclusão da Nutrição nos planos, orçamento e agenda política em geral?
8. Em que medida as acções levadas a cabo pela Plataforma da Sociedade Civil- Scaling Up Nutrition terão/estarão a contribuir para melhorar a consciência dos tomadores de decisão sobre a importância da inclusão da nutrição na agenda de governação (planos, orçamentos e indicadores a reportar)?
9. Como avalia os mecanismos e formas de comunicação da Plataforma da Sociedade Civil- Scaling Up Nutrition, no âmbito das acções de monitoria e advocacia? Acha que são as mais apropriadas ou deviam melhorar ou ainda explorar formas/canais alternativos?
10. Outras sugestões para melhoria da Plataforma da Sociedade Civil- Scaling Up Nutrition?

Anexo 6.4.

Guião Para Entrevistas aos Parceiros e ONGs Não Membros da Plataforma

1. Como tem acompanhado as suas actividades e de que forma tem participado ou interagido com as plataformas?
2. Em que medida as intervenções desenhadas para o projecto Apoio à Plataforma da Sociedade Civil - SUN em Moçambique respondem as necessidades e são conducentes as mudanças que se pretendem alcançar?
3. Será que os *stakeholders* relevantes estão a ser envolvidos e engajados para que as acções do projecto tenham os efeitos desejados?
4. Há alguns sinais de sucesso, de que as actividades realizadas estão ou poderão causar/resultar em alguma mudança e influencia na capacidade da SC em levar a cabo acções de advocacia e monitoria de SAN? Se sim, quais são os sucessos?
5. Quais os principais fracassos do projecto e que factores terão contribuído para os fracassos?
6. Como descreve a influência da PSC SUN em Maputo, nas provinciais e distritos na advocacia e monitoria de políticas e provisão de serviços de nutrição/incluindo participação em FORUNS, Grupos de Trabalho e eventos relevantes?
7. O que se pode fazer melhor/diferente para assegurar que os resultados e benefícios do projecto durem além do término do financiamento da UE?
8. Será que algum aspecto do desenho do projecto (abordagem, estratégia, actividades) devia se rever para que a intervenção se adegue ainda mais a realidade? Qual ou quais mudanças deveriam ser feitas?
9. Tem mais algum comentário sobre o projecto?

Anexo 6.5.

Guião de entrevista a ECA-UEM

1. De que forma a ECA colaborou com a PSC-SUN? Que acordos foram feitos? Conseguiram honrar com todos os acordos? Se não, porquê?
2. Que tipo de recomendações foram produzidas e a que intervenientes, na área de nutrição, foram dirigidas essas recomendações?
3. Que instrumentos de monitoria das Mídias foram desenvolvidos para controlar a frequência com que a nutrição e segurança alimentar são mencionados nos meios de comunicação? E quais foram os canais televisivos, rádios e outros alvos da monitoria?
4. Que resultados foram obtidos no âmbito do exercício desta monitoria desde o início?
5. De que forma o exercício de monitoria dos Mídias contribuiu para aumentar a consciência e sensibilidade às questões ligadas a nutrição?
6. Até que ponto foi importante este processo de monitoria das Mídias? Produziu os resultados/efeitos desejados? Se sim, que factores foram determinantes para a obtenção desses resultados?
7. A ECA terá desenvolvido outras actividades no âmbito deste projecto? Se sim, quais actividades?
8. O que a PSC-SUN deve ou devia fazer de diferente para engajar mais activamente os meios de comunicação social e as redes sociais, a fim de aumentar a visibilidade das questões ligadas a nutrição?
9. O que se pode fazer melhor/diferente para assegurar que os resultados e benefícios do projecto durem além do término do financiamento da UE?

Anexo 6.6.

Guião de entrevista a Sindicato Nacional de Jornalistas

1. De que forma o Sindicato Nacional de Jornalistas colaborou com a PSC SUN? Que acordos foram feitos? Conseguiram honrar com todos os acordos? Se não, porquê?
2. Que eventos foram realizados com cobertura da Mídias relacionados com nutrição?
3. Quais foram outras actividades realizadas ligadas ao projecto com o objectivo de aumentar a consciência e sensibilidade sobre questões ligadas a nutrição?
4. Os jornalistas foram treinados em matéria de nutrição pela plataforma PSC-SUN? Se sim, de que forma esse treinamento contribuiu para o aumento do interesse pelo assunto e, assim, melhorar a qualidade e a quantidade de cobertura das questões de nutrição na imprensa?
5. Até que ponto foi importante o processo de monitoria das Mídias para melhorar a qualidade e a quantidade de cobertura das questões de nutrição na imprensa escrita?
6. O que a PSC-SUN devia fazer de diferente para engajar mais activamente os meios de comunicação social e as redes sociais, a fim de aumentar a visibilidade das questões de nutrição?
7. O que se pode fazer melhor/diferente para assegurar que os resultados e benefícios do projecto durem além do término do financiamento da UE?

Anexo 6.7.

Guião de entrevista a IMD

1. Quais foram as actividades realizadas pelo IMD no âmbito da parceria com a PSC-SUN para advocacia sobre nutrição? Que outros actores estiveram envolvidos nessas actividades?
2. As actividades realizadas pelo IMD resultaram na Integração das questões ligadas nutrição nos manifestos políticos e discursos públicos dos partidos políticos? De que forma? Que factores foram determinantes para esta inclusão?
3. Que desafios foram encontrados no incentivo dos actores políticos para inclusão de questões ligadas a nutrição nos seus discursos públicos e manifestos eleitorais?
4. Essas questões sobre nutrição incluídas nos manifestos eleitorais foram refletidas/ consideradas nos planos estratégicos/governança, após as eleições? Se sim, de que forma?
5. As actividades levadas a cabo pelo IMD resultaram no aumento da visibilidade da agenda da nutrição? De que forma?
8. O que a PSC-SUN devia fazer de diferente para engajar mais activamente os actores políticos, a fim de aumentar a visibilidade das questões de nutrição?
9. Que condições foram criadas para que os resultados e benefícios do projecto durem além do término do financiamento da UE? Porquê?

Anexo 6.8.

Guião de entrevista para parlamentares

1. De que forma os actores políticos colaboraram com a PSC-SUN para elevar e manter a Nutrição no topo da agenda política?
2. Os agentes parlamentares receberam guiões de Acção parlamentar desenvolvidos pela PSC-SUN no âmbito do projecto de advocação sobre nutrição? Estes guiões estão sendo usados? De que forma?
3. Qual é a vossa perceção em relação a nutrição e a actuação da sociedade civil para questões relacionadas com nutrição?
4. Que desafios existem para a elevação e manutenção da Nutrição no topo da agenda política?
5. O que a PSC-SUN devia fazer de diferente para engajar mais activamente os actores políticos, a fim de aumentar a visibilidade das questões de nutrição?

Anexo 6.9.

Guião de entrevista a Liga Moçambicana de Futebol

1. De que forma a Liga Moçambicana de Futebol colaborou com a PSC-SUN? Que acordos foram feitos? Conseguiram honrar com todos os acordos? Se não, porquê?
2. Quais as atividades realizadas pela Liga Moçambicana de futebol para aumentar a visibilidade da Plataforma SC-SUN, na advocacia sobre nutrição durante os torneios do Moçambola?
3. A plataforma SC-SUN tem apoiado a Liga Moçambicana de Futebol na planificação e desenho de estratégias para a divulgação das mensagens de consciencialização e sensibilização sobre nutrição? De que forma?
4. Como e quem elabora as mensagens de nutrição divulgadas durante o torneio do Moçambola?
5. Quais são as principais formas de divulgação das mensagens de nutrição que a liga tem usado?
6. Quem são os principais grupo-alvos das mensagens de nutrição?
7. A Liga Moçambicana de futebol tem convidado estrategicamente líderes e outros atores relevantes para a nutrição para os torneios do Moçambola?
8. De que forma o envolvimento líderes e outros atores relevantes para a nutrição contribuiu para aumentar a consciencialização e sensibilização sobre a nutrição?
9. O que foi feito para que as mensagens de nutrição divulgadas durante o torneio do Moçambola fossem transmitidas nos órgãos de comunicação social?
10. Na sua opinião, as acções levadas a cabo pela liga têm contribuído para a consciencialização dos políticos e outros actores relevantes para a nutrição?
11. Qual é a sua percepção em relação ao nível de mudanças e conhecimentos que os líderes têm sobre a nutrição?
12. A Liga Moçambicana de Futebol sente-se engajada e cometida para continuar com as acções de nutrição para além da duração do projeto?

Anexo 6.10.

Guião de entrevista a Associação de Basquetebol da Cidade de Maputo

1. De que forma a Associação de Basquetebol da Cidade de Maputo colaborou com a PSC- SUN? Que acordos foram feitos? Conseguiram honrar com todos os acordos? Se não, porquê?
2. De que forma a copa nutrição aumentou a visibilidade da Plataforma SC-SUN e a consciencialização e sensibilização sobre a nutrição?
3. A plataforma SC-SUN tem apoiado na planificação e desenho de estratégias para a divulgação das mensagens de consciencialização e sensibilização sobre nutrição durante a copa nutrição?
4. Como e quem elabora as mensagens de nutrição divulgadas durante a copa nutrição?
5. Quais são as principais formas de divulgação das mensagens de nutrição que a Associação de Basquetebol de Maputo tem usado?
6. Quem são os principais grupo-alvos das mensagens de nutrição?
7. A Associação de Basquetebol de Maputo tem convidado estrategicamente líderes e outros atores relevantes para a nutrição para os torneios de basquete?
8. De que forma o envolvimento de líderes e outros atores relevantes para a nutrição contribuiu para aumentar a consciencialização e sensibilização sobre a nutrição?
9. O que foi feito para que as mensagens de nutrição divulgadas durante a copa nutrição passassem nos órgãos de comunicação social?
10. Na sua opinião, as acções levadas a cabo pela PSC SUN têm contribuído para a consciencialização dos políticos e outros actores relevantes para a nutrição?
11. Qual é a sua percepção em relação ao nível de mudanças e conhecimentos que os líderes têm sobre a nutrição?
12. A Associação de Basquetebol da Cidade de Maputo sente-se engajada e cometida para continuar com as ações de nutrição para além da duração do projeto?

Anexo 6.11.

Programa do Seminário de Avaliação Realizado em Manica, Gaza e Nampula

Conteúdo	Tempo
Chegada e Registo de Participantes	08.00-08.30
Apresentação de Participantes	09.00-09.30
Regras de Convivência	
Introdução Geral Sobre o Projecto	
Objectivos da Avaliação, metodologia e calendário	09.30-09.40
I - Primeira Parte: Relevância do Projecto - Trabalhos em Grupos:	09.40-10.00
Em que medida as intervenções do projecto foram relevantes para o cumprimento das metas nacionais na redução da desnutrição crónica em crianças menores de 5 anos de idade em Moçambique através de atividades de advocacia?	
Em que medida o projecto mostrou-se relevante para o aumento da capacidade e da voz da sociedade civil de forma a elevar e manter a Nutrição no topo da agenda política	
Intervalo de Café	10.00-10.10
II - Segunda Parte: Qual foi a eficácia do projecto até então?	10.10-12.00
Quais são os sucessos da intervenção?	
Quais foram os factores determinantes para os sucessos alcançados?	
O que fazer para replicar as abordagens conducentes aos sucessos alcançados?	
Quais são os fracassos da intervenção?	
Quais foram os factores determinantes para os fracassos registados?	
O que fazer para corrigir as abordagens conducentes aos fracassos registados num eventual novo projecto?	
Plenária Sobre as Discussões da Segunda Parte	12.00-12.30
Intervalo de Almoço	12.30-13.30
III - Terceira parte: Coerência e sustentabilidade	13.30-14.30
Até que ponto o projecto apoiou/complementou outras intervenções, governos e intervenientes chaves na redução da desnutrição crónica?	
Que capacidades foram criadas para que, mesmo depois do projecto, haja engajamento/cometimento dos actores da sociedade civil para a causa da redução da desnutrição crónica em Moçambique?	
Como é que as organizações da SC irão usar essas capacidades geradas pela intervenção nas acções de advocacia e monitoria de SAN após o término da intervenção (principalmente a nível provincial)?	15.00-16.00
O que se poderia fazer melhor/diferente para assegurar que os resultados e benefícios do projecto durem além do término do financiamento da UE?	

Anexo 6.12.

Programa do Seminário de Avaliação com Parceiros da PSC SUN realizado em Maputo

Conteúdo	Tempo
Chegada e Registo de Participantes	08.30-09.00
Apresentação de Participantes	09.00-09.10
Regras de Convivência	
Objectivos da Avaliação, metodologia e calendário	09.10-09.20
Qual foi a relevância do projecto Apoio à Plataforma da Sociedade Civil - SUN em Moçambique?	9.20-10.20
Será que o projecto se enquadra no contexto/complementou outras intervenções do governo e outros actores na redução da desnutrição crónica?	
Quais são os sucessos da intervenção?	
Quais são os fracassos da intervenção?	
Quais os desafios encontrados?	
Será que as organizações da SC estão preparadas para continuar a realizar acções de advocacia e monitoria de SAN após o término da intervenção? Porquê?	10.20-10.40
Plenária	
Recomendações para o futuro?	
Encerramento	11.00

Anexo 6.13.

Programa do Seminário de Avaliação com GT-PAMRDC realizado em Maputo

Conteúdo	Tempo
Chegada e Registo de Participantes	08.30-09.00
Apresentação de Participantes	09.00-09.10
Regras de Convivência	
Objectivos da Avaliação, metodologia e calendário	09.10-09.20
1. Na sua opinião qual é a relevância da existência da PSC-SUN?	
2. Será que a atuação da PSC-SUN tem sido coerente (Complementaridade, não duplicação, sinergia com outras instituições, enquadramento no contexto)?	
3. Qual tem sido o contributo da PSC-SUN?	
A PSC-SUN está a interagir com os actores relevantes para os seus propósitos? O que acha dos mecanismos de comunicação/interação usados pela plataforma?	
5. Das intervenções/realizações da PSC-SUN, quais classifica:	
a) Como sucessos, porquê?	10.20-10.40
b) Como fracassos, porquê?	
Plenária	10.20-10.40
6. Recomendações para o futuro?	10.40-11.00
Encerramento	11.00

Financiado por:

